

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE – MPCS

**A COMPRA DA COLEÇÃO GUILHERME TIBURTIUS POR JOINVILLE:
UMA COLEÇÃO ARQUEOLÓGICA NA CIDADE “GERMÂNICA”**

PRISCILA GONÇALVES FERREIRA DA SILVA

JOINVILLE – SC

2017

PRISCILA GONÇALVES FERREIRA DA SILVA

**A COMPRA DA COLEÇÃO GUILHERME TIBURTIUS POR JOINVILLE:
UMA COLEÇÃO ARQUEOLÓGICA NA CIDADE “GERMÂNICA”**

Dissertação apresentada ao Programa Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) como requisito parcial para conferir grau de Mestre, sob orientação da Professora Doutora Dione da Rocha Bandeira.

JOINVILLE – SC

2017

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

S586c	<p>Silva, Priscila Gonçalves Ferreira da A compra da coleção Guilherme Tiburtius por Joinville: uma coleção arqueológica na cidade "germânica"/ Priscila Gonçalves Ferreira da Silva; orientadora Dra. Dione da Rocha Bandeira. – Joinville: UNIVILLE, 2017.</p> <p>78 f. : il. ; 30 cm</p> <p>Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade – Universidade da Região de Joinville)</p> <p>1. Patrimônio histórico. 2. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. 3. Museus e coleções arqueológicas – Joinville. 4. Tiburtius, Guilherme, 1892-1985. I. Bandeira, Dione da Rocha (orient.). II. Título.</p> <p>CDD 363.690981</p>
-------	---

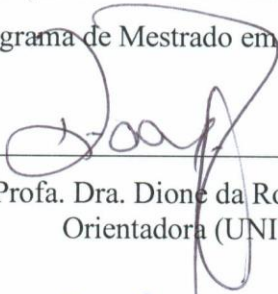
Termo de Aprovação

“ A Compra da Coleção Guilherme Tiburtius por Joinville: Uma Coleção Arqueológica na Cidade “Germânica”

por

Priscila Gonçalves Ferreira da Silva

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestra em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovada em sua forma final pelo Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade.



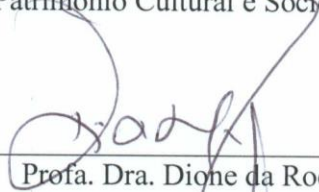
Prof. Dra. Dione da Rocha Bandeira
Orientadora (UNIVILLE)




Prof. Dra. Mariluci Neis Carelli

Coordenadora do Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade


Banca Examinadora:




Prof. Dra. Dione da Rocha Bandeira
Orientadora (UNIVILLE)



Prof. Dr. Diego Lemos Ribeiro
(UFPEL)



Prof. Dra. Ilanil Coelho
(UNIVILLE)



Prof. Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes
(UNIVILLE)

Joinville, 16 de fevereiro de 2017.

AGRADECIMENTOS

Ao longo dos três anos que estive no mestrado passei por muitas dificuldades, pensei em desistir várias vezes, mas como sou teimosa, segui. Nas batalhas que enfrentei, na vida, mesmo apanhando, seguia até o final, sem desistir. Nesse processo saí dos trilhos inúmeras vezes, me desconectava, achava que não conseguiria, mas sempre tinha alguém para me pegar pela mão e dizer: Vai, segue em frente!!!

Das pessoas que contribuíram para a minha caminhada até aqui, muitas ajudaram indiretamente, outras ofereceram auxílio, foram pacientes, muitos ajudaram da maneira que sabiam e podiam.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais Jair e Eva pelo incentivo, pelo amor que sempre dedicaram aos filhos, por nunca se negarem a ajudar. Obrigada por sempre acreditarem em mim, certamente sem vocês não teria chegado até aqui.

Aos meus irmãos Fabrício, Michelle e Tássia pelas vivências que me fizeram quem eu sou hoje. Cada um do seu jeito, contribuiu para eu estar aqui hoje.

Aos amigos do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ) Adriana, Ana, Flávia, Gerson. Obrigada pelas conversas, pelo incentivo desde o começo, por estarem sempre dispostos a ajudar.

As minhas amigas queridas Camila Diane e Fernanda Borba, vocês foram essenciais nessa caminhada. Agradeço pela amizade tão leve e sincera, pelas inúmeras conversas, discussões, conselhos, vocês sabem o quanto me inspiram!!!

A Eloisa e Ewaldo Tiburtius, pela entrevista concedida, e por estarem sempre dispostos a colaborar com relação as informações sobre Sr. Guilherme Tiburtius.

A minha orientadora Dione Bandeira, pela paciência diante dos tantos problemas que enfrentei durante o período do mestrado, pelas conversas e pelas orientações.

E, finalmente, ao meu marido Márcio, meu amor, companheiro de tantos anos, com quem aprendi tanta coisa. Agradeço por estar presente em tudo que faço, apoiando minhas decisões, me ajudando, sendo compreensivo com as minhas limitações, minha indisciplina. Meu grande exemplo de determinação. Agradeço por tudo que fez por mim, você é responsável por grande parte do trabalho que hoje entrego.

RESUMO

Essa pesquisa reflete acerca da compra da coleção arqueológica de Sr. Guilherme Tiburtius pela Prefeitura Municipal de Joinville. Guilherme Tiburtius foi um colecionador e arqueólogo, nascido na Alemanha, que juntou, ao longo de 40 anos, cerca de 12.000 peças arqueológicas, provenientes principalmente dos sítios do tipo sambaquis. Esta coleção foi vendida para a Prefeitura Municipal de Joinville no ano de 1963, resultando mais tarde, em 1972, na criação do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ). O estudo teve como objetivo compreender as intenções que permearam a compra da coleção de Guilherme Tiburtius pela cidade de Joinville, considerando as discussões sobre a germanidade e os sujeitos envolvidos neste processo. Para isso, foram analisados documentos escritos como atas de reuniões e recortes de jornais, bem como depoimentos orais.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Museu; Colecionismo; Biografia; Joinville.

ABSTRACT

This research reflects on the purchase of the Guilherme Tiburtius archaeological collection by the Joinville Municipal Government. Guilherme Tiburtius was a collector and archaeologist, born in Germany, who joined, over 40 years, about 12,000 archaeological pieces, mainly coming from sites of Sambaqui type. This collection was sold to Joinville Municipal Government in 1963, resulting later, in 1972, the creation of the Sambaqui Archaeological Museum of Joinville (MASJ). The study aimed to understand the intentions that permeated the purchase of the collection of Guilherme Tiburtius by the Joinville city, considering the discussions about Germanity and the subjects involved in this process. For this, documents written as minutes of meetings and newspaper clippings were analyzed, as well as oral testimonies.

Keywords: Cultural heritage; Museum; Collecting; Biography; Joinville.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Guilherme Tiburtius e seu afilhado em uma das suas expedições no sítio Itacoara em Joinville (sem data).....	18
Figura 2 - Caderno com identificação manuscrita das peças da coleção do Sr. Guilherme Tiburtius feita pelo próprio colecionador	21
Figura 3 - Cadernos com identificação manuscrita das peças da coleção do Sr. Guilherme Tiburtius feita pelo próprio colecionador	22
Figura 4 - homenagem da Câmara de Vereadores de Joinville para Guilherme Tiburtius em 1977.....	25
Figura 5 - Artur Bispo do Rosário e uma de suas obras confeccionadas com objetos coletados por ele	29
Figura 6 - Croqui de pesquisa no Sambaqui Enseada I, feito por Guilherme Tiburtius	36
Figura 7 - Pontas ósseas organizadas por Guilherme Tiburtius para compor a exposição montada em sua residência.....	38
Figura 8 - Página do caderno de anotações de Guilherme Tiburtius em que ele aparece: (a) Em sua casa com sua coleção de cerâmica, (b) Em sua casa com peças cerâmicas e um socador de rocha (c) Escavando o Sambaqui Itacoara.....	39
Figura 9 - Publicação de Guilherme Tiburtius com Iris Koehler Biagarella, esposa de Biagarella	41
Figura 10 - Fachada do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ) (sem data).....	45
Figura 11 - Exposição de abertura do MASJ “Coleção Guilherme Tiburtius” em sua abertura no ano de 1972	49

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 VIDA DE GUILHERME TIBURTIUS E SUA PRODUÇÃO	12
1.1 Uma passagem pela história das biografias.....	12
1.2 Guilherme Tiburtius: sua infância na Alemanha	15
1.3 Guilherme Tiburtius: sua aproximação com Joinville.....	20
2 A PRÁTICA DO COLECIONISMO	26
2.1 As coleções e os semióforos.....	30
2.2 O colecionismo na Arqueologia ou a Arqueologia no colecionismo	34
2.3 Da coleção particular ao museu	44
3 VESTÍGIOS DE UM PASSADO DESCONHECIDO: A COLEÇÃO GUILHERME TIBURTIUS NA CIDADE DOS PRÍNCIPES	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	64
APÊNDICES	68
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	69
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	72
ANEXO	74
ANEXO A – CARTA DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.....	75

INTRODUÇÃO

Esse trabalho que ora apresentamos traz os resultados das reflexões feitas acerca da compra da coleção Guilherme Tiburtius pela Prefeitura Municipal de Joinville. Guilherme Tiburtius foi um colecionador e arqueólogo que juntou, ao longo de 40 anos, cerca de 12.000 peças arqueológicas, principalmente provenientes dos sítios do tipo sambaquis¹ vendendo-a para a Prefeitura no ano de 1963. Esta compra resultou mais tarde, em 1972, a criação do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ).

Para tal reflexão destacamos a relação do Sr. Guilherme com o colecionismo, da infância até a fase adulta, e posteriormente seu interesse pela Arqueologia, bem como as dificuldades encontradas neste campo do saber, considerando as disputas apresentadas para aqueles que buscam um espaço neste. As relações do Sr. Guilherme com a cidade de Joinville, representada pela figura do historiador Adolfo Bernardo Schneider e da Comissão do Museu Nacional de Imigração e Colonização (MNIC)², são importantes na tentativa de compreendermos a aceitação de uma coleção arqueológica de sítios pré-coloniais, predominantemente, criada e administrada por um pesquisador alemão com residência na cidade de Curitiba pela cidade de Joinville.

Guilherme Tiburtius nasceu na Alemanha em 1892, mas migrou ainda menino para o Brasil, instalando-se em Curitiba. Desde cedo se interessou pela vida e arte indígena, e pela Arqueologia, tornando-se, um colecionador e arqueólogo amador.

Iniciou sua coleção na década de 1940 com peças líticas – lâminas de machado, batedores e polidores –, adquiridas no interior do Paraná e, embora sua coleção contasse com peças de vários lugares como Reserva e Araucária, a grande parte provinha de sambaquis da Baía da Babitonga. Com o passar dos anos, entre ganhos e aquisições, ampliou sua coleção chegando a um total de 12.000 peças sendo que 8.500 delas foram listadas, devidamente numeradas e fichadas. Hoje,

¹ A palavra sambaqui deriva de *tamba* (concha) e *ki* (amontoado) em Tupi e trata-se de uma acumulação artificial de conchas de moluscos, vestígios de alimentação de grupos humanos (PROUS, 1992, p. 204).

² Sobre a Comissão, ver o capítulo 2.

fazem parte desta coleção alguns textos inéditos e objetos pessoais que foram doados para o MASJ por seus herdeiros a partir da década de 1980.

Como problema, a pesquisa considerou que os sujeitos que estavam a frente das discussões patrimoniais em Joinville entre 1960 e 1970 pouco dominavam os saberes a respeito das populações sambaquianas que viveram ali antes da colonização. Portanto, que legitimidade (e importância) tinha a compra de uma coleção e a construção de um museu que, predominantemente, discutia os vestígios desse passado? Para responder esta questão, esta pesquisa tem o objetivo de compreender as intenções e os reflexos envolvidos na compra da coleção do Sr. Guilherme Tiburtius pela municipalidade.

Para tanto, foram consideradas e estudadas algumas hipóteses, como a sua relação com pessoas influentes da área cultural da cidade, o seu conhecimento sobre o campo da Arqueologia e as suas vivências com a prática do colecionismo e ainda a sua nacionalidade alemã. Estes elementos podem ter influenciado a compra da coleção e o financiamento da organização posterior do acervo pelo colecionador, tendo em vista que naquele período, a cidade aparentemente tentava “resgatar” a germanidade que fora reprimida anos antes no período de Nacionalização³.

Neste sentido, a pesquisa acessou documentos escritos e orais, entre os períodos de 1960 e 1990, orientados por uma bibliografia sobre a cidade de Joinville, imigração, museus (especialmente sobre a história MASJ), colecionismo e biografia. A análise e as discussões foram divididas entre três capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado **A vida de Guilherme Tiburtius e sua produção**, evocamos a figura Guilherme por meio da sua documentação pessoal disponível no MASJ, como recibos de pagamentos da Prefeitura Municipal de Joinville em decorrência da compra da coleção e a sua organização, como consultor, posteriormente no Museu Nacional de Imigração e Colonização (MNIC), considerando a inexistência do MASJ na época. Para compreender essas ações, utilizamos a publicação **“Memórias VI”: a pré-história de um museu**, escrito pelo historiador da cidade Adolfo Bernardo Schneider. Esta publicação foi de suma importância para perceber a visão de um grande entusiasta da cultura local, que muito contribuiu com a efetivação da compra da coleção, bem como da criação de um museu histórico com uma seção etimológica, explicando a presença do Sr.

³ Sobre Estado Novo e período de Nacionalização, ver o capítulo 3.

Guilherme no MINIC. E por fim, também analisamos parte de jornais situados no Arquivo Histórico de Joinville (AHJ)⁴ que tratavam da vida e do trabalho do Sr. Guilherme, fornecendo uma visão, ainda que parcial, da imprensa joinvillense a respeito desta figura.

Para falarmos sobre a vida do Sr. Guilherme Tiburtius para além do público, recorreremos às pessoas que o conheceram e, a partir da metodologia da História Oral, ouvimos familiares como o seu filho Ewaldo Tiburtius e sua neta Eloisa Tiburtius, atualmente moradores de Curitiba. Apesar de não pretendermos elaborar uma biografia completa do Sr. Guilherme, foi possível trazer, pelas memórias de seus entes, algumas questões sobre a sua vida pessoal e o seu trabalho, ausentes na documentação escrita ou pouco exploradas por ela. Para analisar o depoimento, nos apoiamos nas seguintes obras **O Desafio Biográfico: escrever uma vida** de François Dosse, a **Biografia: quando o indivíduo encontra história**, da autora Mary Del Priore, **A Ilusão Biográfica** de Pierre Bourdieu, e a **História Nova** de Jacque Le Goff. Na tentativa de construir uma narrativa sobre a vida do Sr. Guilherme, estas leituras se destacaram na medida em que pontuam as dificuldades de se desvincular as visões, opiniões e vontades daqueles que escrevem sobre seu objeto ou sujeito da pesquisa.

No segundo capítulo, intitulado **A prática do colecionismo**, discutimos o tema colecionismo que se torna a pedra basilar no que tange à figura do Sr. Guilherme Tiburtius, e a criação de muitos museus no Brasil. A compreensão do fenômeno do colecionismo no âmbito geral nos direciona para questões que vão além do senso comum e nos forçam a avançar nas reflexões acerca das motivações e das diferentes formas de colecionar. Nesse sentido, inicialmente apresentamos alguns autores que abordam o tema para, e num segundo momento, dialogarmos com **Krzysztof Pomian** (1984) com o texto **Coleção**. Pomian utiliza o termo semióforos para se referir a objetos que possuem valor de troca, mas não valor de uso, são objetos que, segundo o autor, não possuem utilidade, mas um significado que representa o invisível. Esses objetos, em muitos casos, são adquiridos com a finalidade de exibição ou para compor uma coleção, não exercendo a função inicial para que foram criados e adquirindo, neste novo sentido, um valor simbólico (POMIAN, 1984).

⁴ Coleção Memórias da Cidade.

Para Pomian, em muitos casos, a morte de um colecionador acarreta na venda da sua coleção por seus familiares, ocasionando a dispersão da coleção ou a permanência num mesmo espaço, como um museu. Esse é o princípio de muitos museus no mundo. No caso do Sr. Guilherme Tiburtius, sua decisão, ainda em vida, foi de vender a sua coleção para a municipalidade em 1963, abrindo caminho para a criação do MASJ anos mais tarde, como supracitado.

Uma das questões ainda presentes no segundo capítulo, foram as tensões existentes na relação do Sr. Guilherme com o campo da Arqueologia profissional, um ponto delicado em sua vida que ficou evidente nos seus escritos e no depoimento de seu filho. Neste aspecto, buscou-se entender a posição do Sr. Guilherme, enquanto um colecionador atuando como arqueólogo amador num campo que, entre 1950 e 1960, se inseria na Universidade e buscava firmar as suas bases no Brasil. Faz-se necessário citar que neste momento, Guilherme atuava no Paraná e que o campo da Arqueologia, enquanto uma ciência, já tinha sido reconhecido profissionalmente naquele espaço. Para esta análise, usamos o conceito de campo de **Pierre Bourdieu** para refletir sobre as tensões e disputas que existiram entre Guilherme e o campo da Arqueologia profissional paranaense, representada pela figura de Loureiro Fernandes⁵.

Finalizando o capítulo, discutimos as transformações ocorridas no campo da museologia nos anos de 1970, quando as formas de comunicar e de intercâmbio com a sociedade foram repensadas. Articulando com essa ideia, trazemos a compra da coleção Guilherme Tiburtius pela Prefeitura, o contexto cultural de Joinville em que ela foi inserida e como o MASJ surgiu dentro desta perspectiva.

O terceiro e último capítulo, **Vestígios de um passado desconhecido: A coleção Guilherme Tiburtius na cidade dos príncipes**, discute a coleção e seu enfoque nos vestígios pré-coloniais, a figura de Tiburtius, um colecionador alemão, e suas relações com uma cidade fortemente marcada pelas narrativas identitárias germânicas. Estas últimas estavam representadas em um grupo (a Comissão dos Amigos do MNIC) formado em 1961 para angariar objetos para compor um museu histórico criado quatro anos antes, e que passou a se articular com a classe política buscando apoio da população. As fontes analisadas neste capítulo foram os dois livros das Atas da Comissão de Amigos do Museu Nacional, presentes no MNIC,

⁵ Sobre Loureiro Fernandes, ver o capítulo 1.

iniciados em 1961 e concluídos em 2000⁶. Para essas questões, foram realizadas leituras sobre a cidade como **Leituras matutinas** de Clóvis Gruner e **Tempo de esquecer, tempo de lembrar** de Janine Gomes da Silva, a imigração no sul com as publicações de Giralda Seyferth **Etnidade, política e ascensão social**, **Identidade étnica, assimilação e cidadania** e **Imigração, colonização e identidade étnica**, e por fim o período de nacionalização e a retomada do culto à germanidade, com as já citadas leituras de Seyferth e Silva.

⁶ Salienta-se que as reuniões não seguiram uma regularidade, ocasionado a ausência de registros em diversos anos.

1 VIDA DE GUILHERME TIBURTIUS E SUA PRODUÇÃO

1.1 Uma passagem pela história das biografias

Não pretendemos aqui fazer uma biografia, mas contar uma trajetória de vida partindo da análise de registros como atas, documentos pessoais, entrevistas com familiares e bibliografia. Nesse primeiro momento, procuramos nos basear em autores que discutam sobre biografia, como Dosse, Bourdieu, Priori e Le Goff para que possamos refletir acerca da vida do Sr. Guilherme Tiburtius.

A biografia existe como forma de contar a vida de alguém há muito tempo, remontando inicialmente a vida dos deuses e posteriormente dos homens importantes, mitos. No entanto, a biografia foi vista até a metade do século XX como uma forma de escrita ultrapassada.

A História mostra que a biografia mudou ao longo dos tempos. Na Grécia, em Heródoto e em Tucídides, a preocupação com o literário era maior do que com a informação mais exata. O modelo grego influenciou em grande parte os romanos. Posteriormente, nos séculos XII e XIII, as hagiografias traziam as histórias dos santos para o conhecimento comum, como um exemplo a ser seguido. Na Idade Média, as histórias dos cavaleiros fazem parte das narrativas, chegando no renascimento com o indivíduo como protagonista, deixando de lado o peso de Deus sobre ele (PRIORI, 2009). Nos séculos seguintes, o individualismo que emergiu no renascimento permanece, surgindo as histórias sobre si, as autobiografias. No XVIII, os grandes homens, àqueles que possuíam alguma função de destaque na sociedade, eram biografados, uma forma de contar seus feitos (PRIORI, 2009). Já no século XIX, as biografias vieram para consolidar o papel da ideia de nação, onde os grandes heróis e os fatos memoráveis possuíam papel fundamental nas sociedades. Priori explica que a literatura e a História andavam juntas e esse foi o momento de sua ruptura, ficando a história uma disciplina acadêmica. Com o fim da narrativa e da história factual, com o surgimento da Nova História, nascida dos *Annales* nos anos de 1960, o indivíduo e o fato perdem espaço dando lugar ao “Fato social Total” privilegiando todos os seus aspectos, econômicos, cultural, político. Com essa renovação a biografia perde espaço, já que essa é uma narrativa por excelência (PRIORI, 2009). A escola dos *Annales* foi fundada para promover uma nova forma de fazer História, substituindo

a narrativa de acontecimentos por uma história problema, contemplando todas atividades humanas, não só a política, tudo isso em consonância com outras disciplinas como Geografia, Antropologia Social, Economia, Sociologia entre outras (BURKE, 1992).

Nesse sentido, a partir do final da década de 1980, o gênero biográfico retorna com a preocupação em demonstrar as relações entre o homem e o meio social. As estruturas não eram mais o tema principal das análises da História, mas sim o indivíduo, que tinha suas ações refletidas no meio social, numa relação dialética. As histórias individuais passaram a fazer parte da produção historiográfica dos *Annales*. Historiadores como Jaques Le Goff defenderam seu retorno, mas alertaram que existem muitas biografias no mercado superficiais e anedóticas, nas suas palavras. Para ele, “a biografia histórica nova, sem reduzir as grandes personagens a uma explicação sociológica, esclarece-as pelas estruturas e estuda-as através de suas funções e papéis” (LE GOFF, 1990, p. 7). Nesse sentido, Le Goff aponta um direcionamento onde o biografado serve de ponte para a análise de um contexto social, bem como o impacto de suas ações dentro de uma sociedade.

Pierre Bourdieu, em seu texto **A Ilusão Biográfica** tece uma crítica ao modelo de escrita biográfica onde o indivíduo tem sua história contada com início, meio e fim, como se a vida fosse um roteiro de filme, e que seria então um percurso linear, onde tudo já estava traçado desde sua infância até a morte. O autor ainda acrescenta que o modelo de relato biográfico possui como premissa “o fato de que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma “intenção” subjetiva e objetiva, de um projeto” (BOURDIEU, 1996, p. 184). Ou seja, a história de vida de um indivíduo não pode ser vista como algo marcado para iniciar, seguir determinados caminhos e terminar, como uma história escrita por alguém. Mas, a relação desse indivíduo no meio social, e o impacto de suas ações nos mais diversos campos, seja político, cultural, religioso. A crítica de Bourdieu avança no sentido de afirmar uma espécie de “pacto” do biógrafo com o biografado, onde ambos têm por objetivo contar uma história, onde existe uma preocupação em relatar os fatos de forma inteligível e em ordem cronológica.

François Dosse faz um contraponto à ideia de Bourdieu em que a escrita biográfica seria uma ilusão, apontando uma necessidade de ilusão, pois a

identificação com o tema transforma o biógrafo através dessa relação. Não há como fazer um trabalho de biografia sem estar imerso totalmente nessa ilusão (DOSSE, 2009). Nesse sentido, Dosse vai fundo na modalidade fazendo uma classificação de abordagens biográficas: a idade heroica, a idade modal e a idade hermenêutica. Segundo a classificação de Dosse, a “idade heroica” da biografia serviu para enaltecer os modelos moralizantes e as tradições. Plutarco, grande filósofo, historiador e biógrafo foi um dos nomes do gênero na antiguidade clássica, seu trabalho destacava o caráter psicológico em sua ambivalência e complexidade, com tons moralizantes (DOSSE, 2009).

No período medieval, o destaque vai para as hagiografias, gênero literário que visava a preservação da memória de santos. Essa escrita garantia que a memória dos santos seria preservada, suas histórias de vida serviriam como exemplo, e seu comportamento seguido como modelo.

No século XIX as biografias sofrem um certo distanciamento dos historiadores, passando por um “demorado eclipse, porque o mergulho da história nas águas das ciências sociais, graças à escola dos *Annales*, [...] contribuiu para a radicalização de seu desaparecimento em proveito das lógicas massificantes e quantificáveis” (DOSSE, 2009, p. 181). Chamado de período modal, a biografia é vista como um gênero auxiliar dentro da História. Nesse período, o indivíduo é visto como parte de uma coletividade e suas particularidades não são mais o foco principal, e sim o contexto em que está inserido. A escola dos *Analles* surge com um novo discurso, dando início a essa fase da historiografia na França, na qual a biografia não tem espaço, sendo os indivíduos diminuídos em detrimento dos fenômenos de massa (DOSSE, 2009).

Na Idade hermenêutica, há um retorno às biografias, trazendo a reflexividade, o singular e a pluralidade das identidades. Dosse também analisa o mercado editorial que naquele período, estava aquecido no ramo das biografias. Historiadores passam a observar com mais atenção questões do sujeito, e o fazer biográfico acaba por mudar algumas certezas arraigadas nos historiadores e antropólogos, trazendo assim reflexões acerca do sujeito e da subjetividade.

Diante de todas as transformações ocorridas no campo da escrita biográfica, atualmente as biografias estão presentes nas pesquisas históricas, não somente como uma abordagem que enaltece uma figura ilustre, o sujeito enquanto modelo, mas destacando as mais diversas formas de perceber um indivíduo, sua

diversidade dentro de um contexto, de uma estrutura, de uma sociedade, sem simplificar o percurso de um indivíduo a uma História linear.

1.2 Guilherme Tiburtius: sua infância na Alemanha

Nascido em Berlim em 17 de outubro de 1892, Guilherme Tiburtius é fruto de uma Alemanha com fortes raízes no poder militar, econômico e na tradição do ensino escolar e universitário na formação dos cidadãos. Otto Von Bismarck, imperador alemão, tinha três guerras em seu currículo e possuía uma ideologia que valorizava a força militar acompanhada de poder econômico. O Reich Alemão foi constituído sobre essas bases, bem como os anos anteriores à Primeira Guerra (KAUFFMANN, 2009).

Em 1810 a cidade de Berlim já possuía a grande Universidade de Berlim, formando burocratas que deveriam servir ao estado, bem com os médicos, engenheiros e advogados. Já no final do século XIX possuía um ar cosmopolita como Paris e Viena, e a parte cultural e a tradição não deixavam a desejar. Guilherme Tiburtius teve uma formação cultural incutida no seu estudo forma e desde cedo costumava visitar museus em Berlin, principalmente o Museu de Etnologia da cidade. Morava em frente à embaixada da China e do Sião, gostava muito de observar, sua convivência com a cultura de outros países era frequente. Na obra **Arquivos de Guilherme Tiburtius**, publicada Fundação Cultural de Joinville em 1996, em seu prólogo escrito por ele anos antes de sua morte, Guilherme se descreve como colecionador desde pequeno. Junto de seu pai, Guilherme fazia longas excursões pela Alemanha. Certo dia encontrou seu primeiro machado de pedra que muito chamou sua atenção, mas teve que entregar ao museu local (TIBURTIUS, 1996). Essa passagem mostra que Guilherme desde muito novo já tinha interesse pelo exótico, o machado de pedra citado representa o apreço do menino cosmopolita pelo homem primitivo, o que veio a se confirmar a seguir. Os museus e as excursões eram frequentes na infância do Sr. Guilherme, vindo a contribuir para o seu interesse pelo colecionismo, atividade essa exercida em muitos casos por pessoas de alto poder aquisitivo, tendo em vista os gastos investidos em comprar, conservar, acondicionar objetos.

A família Tiburtius teve uma vida confortável em Berlim. O pai do Sr. Guilherme, Sr. Hermann Tiburtius, foi um exímio entalhador de móveis, contratado

pelo governo de Minas Gerais para fazer seu trabalho no Palácio do Governo. Guilherme Tiburtius, seus pais e os quatro irmãos ficaram no Brasil pelo período de dois anos, de 1908 a 1910, tempo que durou o trabalho para que foi contratado. Sua mãe, Marie Tiburtius, sentia muitas saudades da Alemanha, contribuindo para o retorno da família para a Europa. Segundo Ewaldo Tiburtius, filho do Sr. Guilherme, em entrevista realizada em 2016, o retorno para a cidade natal não foi tão boa quanto o esperado, ele apenas descreve que a família não se adaptou novamente ao lugar.

O ano da viagem da família Tiburtius para o Brasil e o seu retorno para Alemanha em 1910, enquadra-se no período que ocorria uma forte emigração da Europa para a América, 1870 a 1930. A emigração aconteceu muitas vezes devido a escassez de trabalho. Neste caso, o novo arranjo industrial na Europa, com grande concentração populacional nas cidades, produziu um excedente de população, obrigando centenas de famílias a procurar meios de viver em outros locais, que não o seu de origem. Sobre os motivos pelos quais as pessoas migram explica Klein (2000, p.13):

A questão básica que envolve o peso dos fatores de expulsão ou de atração e a maneira como se equilibram. Para começar, deve-se dizer que a maioria dos migrantes não deseja abandonar suas casas nem suas comunidades. Se pudessem escolher, todos, com exceção dos poucos que anseiam por mudanças e aventuras, permaneceriam nos seus lugares de origem. A migração, portanto, não começa até as pessoas descobrirem que não conseguiram sobreviver, com seus meios tradicionais, em suas comunidades de origem. Na grande maioria dos casos, não logram permanecer no local porque não têm como se alimentar, nem a si próprio, nem a seus filhos.

É provável que a família Tiburtius tenha retornado ao Brasil devido a escassez de trabalho em Berlim, enxergado aqui uma forma de ter um pedaço de terra ou oportunidades de trabalho, já que o pai do Sr. Guilherme possuía uma profissão bem reconhecida naquele período. Havia uma grande campanha realizada pelas elites das regiões que desejavam receber novas populações para o trabalho agrícola e a ocupação do território. Muitos imigrantes partiam com o ideal de se tornarem proprietários de terra na América; muitos em busca de trabalho assalariado, permanente ou temporário; e outros partiam fugidos de perseguições religiosas ou guerras. (LANZA; LAMOUNIER, 2015). Uma importante autora na

produção relacionada a emigração no sul do Brasil é Giralda Seyferth, sendo uma referência no assunto. Para Seyferth (1993, p. 3):

Entre 1850 e 1938 não houve interrupção do fluxo, entrando no país entre 1 e 2 mil alemães por ano (numa estimativa aproximada); só a década de 1920 registrou um fluxo mais intenso (cerca de 75.000 imigrantes, aproximadamente 30 % do total desde 1824). [...] O total de 235.84 aproximadamente.

Assim, muitas famílias europeias, naquele período, saíram da Europa em direção as colônias do sul do Brasil, construídas pelo governo brasileiro para receber quem povoaria e trabalharia na terra. A colônia escolhida pela família Tiburtius foi a de Anitápolis, cidade localizada na região da grande Florianópolis, onde em 1907, o governo do Estado abriu um núcleo colonial para receber imigrantes europeus (CRUZ, 2008). O tempo em que viveram na colônia foi muito difícil, os homens precisavam se afastar cada vez mais para poder arrumar trabalho (TIBURTIUS, 2006).

No ano de 1912, o pai do Sr. Guilherme Tiburtius morre em um acidente, sendo essa tragédia o estopim para que saísse da Colônia em direção a Curitiba, buscando espaço para exercer sua profissão de marceneiro. A viagem foi a pé, se fixando durante um tempo em uma mina de carvão em Criciúma, onde trabalhou alguns meses. Posteriormente sua mãe e irmãos juntaram-se a ele, fixando-se definitivamente em 1921. Em Curitiba, anos mais tarde, Guilherme montou uma fábrica de objetos decorativos feitos de madeira brasileira. Casou-se em 1923 com Clara Shipeers e teve dois filhos. Durante os anos em que teve a fábrica – chegando a empregar cerca de 100 funcionários –, Guilherme recebia as madeiras para a confecção de abajures de homens que viviam em Umbará, cidade próxima a Araucária, no Paraná. Esses mesmos passaram a lhe trazer machados de pedra, encontrados na terra, sem nenhum custo, a partir dos anos 1930 (TIBURTIUS, 1996).

Em outros momentos Guilherme teve a oportunidade de enriquecer sua coleção, que aos poucos foi tornando-se expressiva, com a ajuda de pessoas que moravam em cidades próximas de Curitiba, onde havia uma maior concentração de vestígios arqueológicos. A agricultura estava se modernizando e assim muitos objetos de rocha como machados e pilões vinham para a superfície devido ao trabalho do arado. Guilherme pagava a quantia de dez mil réis por um machado de

pedra, um bom preço, fazendo com que a notícia se espalhasse pelo interior do Paraná e motivando muitos moradores dos arredores a coletar artefatos para vender a Guilherme.

De 1932 a 1961 Guilherme juntou cerca de 830 machados de pedra, todos pagos com seu dinheiro (TIBURTIUS, 2006). Pode-se dizer que boa parte da sua coleção, no que se refere a peças etnográficas e históricas, provêm do Paraná, nas localidades de Araucária, Areia Branca, Lapa, Reserva, entre outros, sendo que Guilherme costumava fazer expedições (Figura 1) com seu filho Ewaldo para Santa Catarina e também no Paraná, onde morava, sempre que ficava sabendo que um sítio estava sendo destruído ou recebia alguma informação que acreditava ser importante checar.

Figura 1 - Guilherme Tiburtius e seu afilhado em uma das suas expedições no sitio Itacoara em Joinville (sem data)



Fonte: Acervo do MASJ.

Segundo Ewaldo Tiburtius, em ano de 1945, Guilherme o mandou para uma temporada de um mês na cidade de Matinhos, no Paraná, com o objetivo de se recuperar de uma doença. Lá, Ewaldo fica sabendo de um sambaqui, logo se interessando em escavar na busca de algum vestígio. Para a sua surpresa, na primeira enxadada encontra crânios e outros ossos humanos. Imediatamente avisa o pai, que parte para Matinhos a fim de pesquisar esse sítio tão rico. Salienta-se que naquele período ainda não existia a Lei 3.924 de 1961 que protege os sítios arqueológicos, que eram constantemente desmontados para utilização na pavimentação das estradas e pavimentação de estradas.

Não durou muito tempo seu trabalho no sambaqui de Matinhos, até Guilherme ser proibido de explorar o sítio. Sobre o assunto o senhor Ewaldo Tiburtius diz: “logo começou os ciúmes do Dr. Loureiro, meu pai foi expressamente proibido de estudar aquilo lá... Mesmo que do lado a carregadeira estava destruindo tudo para a pavimentação das estradas” (TIBURTIUS, 2016). Guilherme era visto somente como colecionador, pelo fato de não possuir um diploma em Arqueologia nem em outra área que o possibilitasse de trabalhar. Ele não estava vinculado a nenhum grupo de pesquisa, universidade ou museu que legitimasse seu trabalho nos sítios arqueológicos. Loureiro Fernandes, citado por Ewaldo e Guilherme em seus escritos, foi um médico urologista que dedicou boa parte de sua vida aos estudos das diversas áreas da Antropologia, sendo reconhecido por muitos como um dos responsáveis pela profissionalização da Arqueologia no Brasil. Esteve envolvido em grandes círculos de estudos na área da Arqueologia como da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e do Museu Paranaense, marcou as bases da Arqueologia moderna entre 1960 e 1965, e esteve presente nas discussões para a criação de leis e decretos de proteção de sítios arqueológicos (CHMYZ, 2006).

Na publicação **Arquivos de Guilherme Tiburtius**, Guilherme faz referência a Loureiro Fernandes, que o proíbe de fazer escavações e coletar vestígios arqueológicos. Ele descreve sentir-se perseguido por não poder exercer seu trabalho pelo fato de ser alemão, se referindo ao período de 1937 a 1945, quando o Brasil passou pelo regime autoritário do Estado Novo, sob o comando do Presidente da República Getúlio Vargas. Segundo Chmyz (2006), Loureiro Fernandes não aprovava a ação dos colecionadores e os comparava aos exploradores de sítios

arqueológicos para fins comerciais, acreditava que ambos eram responsáveis pela destruição do patrimônio arqueológico.

O fato do Sr. Guilherme sentir-se perseguido por ser alemão durante o período da Campanha de Nacionalização não se trata de algo isolado. Muitos alemães e descendentes descrevem os abusos e perseguições sofridas durante esse período, seja no trabalho ou na vida social. No sul, onde a imigração europeia foi bastante intensa, as leis vinham para legitimar essa lógica nacionalizadora. Grande parte desses imigrantes possuíam um vínculo muito forte com a cultura germânica herdada pela família, através de seu idioma e práticas culturais (SILVA, 2008).

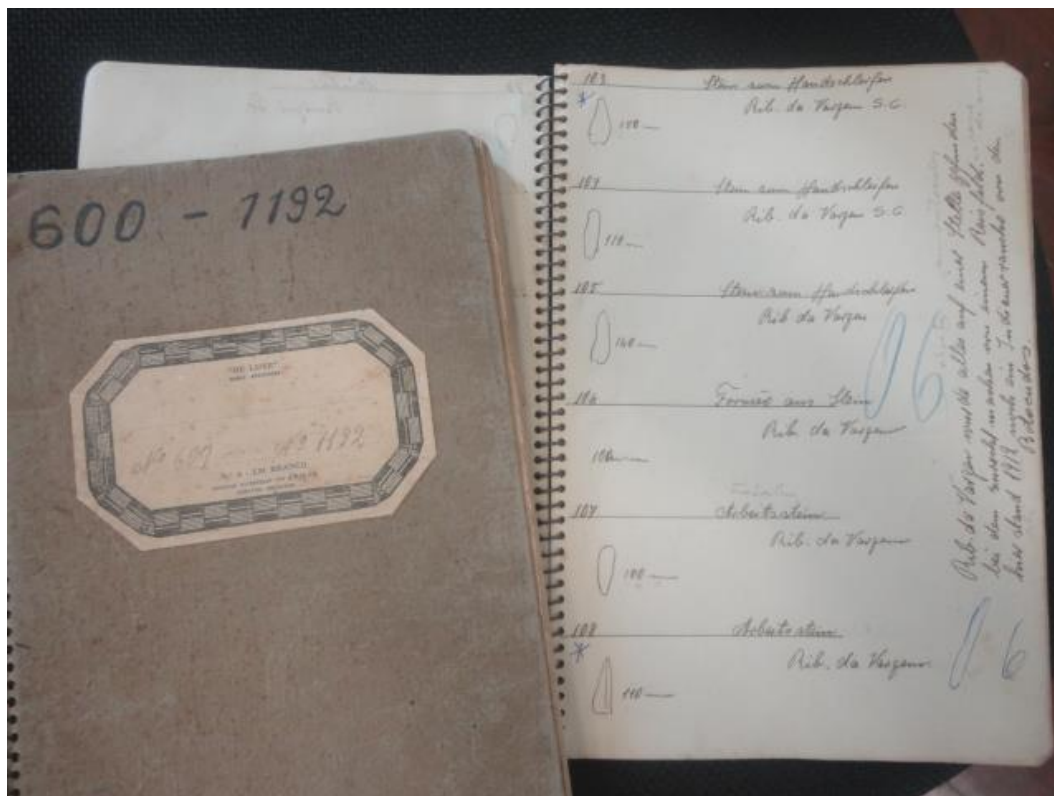
Guilherme viveu no Brasil no período citado acima, o que não quer dizer que ser alemão foi determinante para a sua proibição de atuação nos sítios arqueológicos do Paraná. Este era o posicionamento do Dr. Loureiro Fernandes com relação a colecionadores envolvidos nos sítios arqueológicos, pois via no trabalho deles falta de metodologia e cientificidade. No entanto, não podemos deslegitimar a fala do Sr. Guilherme pois somente ele pode descrever o seu sentimento enquanto imigrante em tempos difíceis como o citado.

1.3 Guilherme Tiburtius: sua aproximação com Joinville

Mesmo antes de proibido de coletar artefatos e escavar sítios no Paraná, Guilherme conhecia bem Joinville, possuía em sua coleção muitas peças vindas da cidade, além de ter parentes residentes aqui, como o filho Edgar Tiburtius. Guilherme nutria uma grande amizade com Adolfo Bernardo Schneider, historiador de Joinville e um dos grandes entusiastas da criação do MASJ. Esse já mencionava em seus textos sobre a colônia Dona Francisca a existência de montes de conchas desde o início da colônia, e muito atento às pesquisas científicas, via na criação de um museu que falasse dos sambaquis uma grande oportunidade de trazer à Joinville as discussões e pesquisas que estavam permeando o mundo e os grandes centros brasileiros (SOUZA, 2007). Segundo Ewaldo Tiburtius, foi Schneider que procurou Guilherme em Curitiba para conhecer a coleção que possuía uma boa fama entre colecionadores e pesquisadores. Sobre isso, comentou: “Como meu pai já era conhecido, o Schneider o procurou, e meu irmão [Edgar Tiburtius] tinha muitos conhecidos, talvez ele tenha intermediado” (TIBURTIUS, 2016).

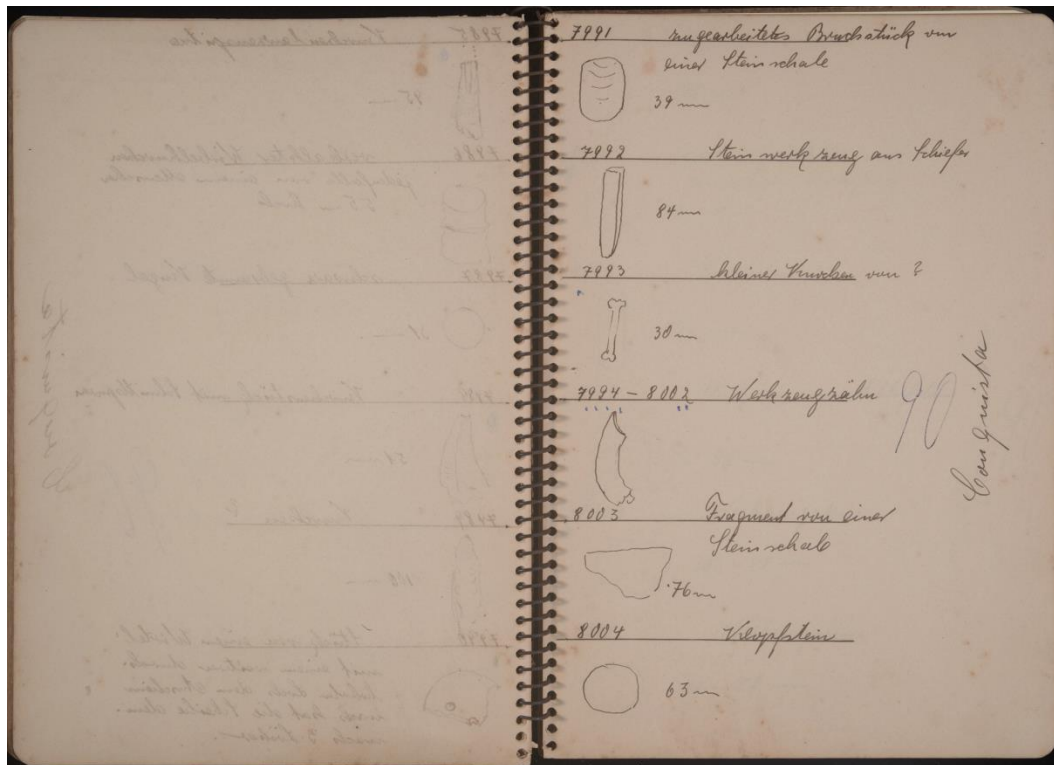
Essa aproximação foi determinante para que Guilherme visse em Joinville um bom local para abrigar sua coleção, que recebia com frequência propostas de venda, inclusive para o Japão (SCHNEIDER, 1999). Além disso, sabia que logo mais não poderia cuidar e dar manutenção à coleção que tinha quase 15 mil peças entre líticos, vasilhames cerâmicos, esqueletos humanos, artefatos em osso de fauna, adornos, zoósteos, pontas de projétil e artefatos conchíferos. A coleção possuía um padrão de organização, sendo que 8.500 peças foram listadas, devidamente numeradas e fichadas (Figura 2 e Figura 3) Hoje, incluem-se nesta textos inéditos e alguns objetos pessoais que foram doados por seus herdeiros a partir da década de 1980 para o MASJ.

Figura 2 - Caderno com identificação manuscrita das peças da coleção do Sr. Guilherme Tiburtius feita pelo próprio colecionador



Fonte: Acervo do MASJ.

Figura 3 - Cadernos com identificação manuscrita das peças da coleção do Sr. Guilherme Tiburtius feita pelo próprio colecionador



Fonte: Acervo do MASJ.

Nesse sentido, Schneider desejava que a coleção fosse comprada pela Prefeitura Municipal de Joinville e sempre enfatizava que aqui deveria existir um Museu do Sambaqui, principalmente depois de saber que grande parte dos artefatos da coleção Tiburtius era proveniente de sítios joinvilenses e região. Para ele, “[...] a sua coleção Tiburtius, deveria estar em Joinville! E junto com esta coleção, o Sr. também, cuidando e ampliando a mesma” (SCHNEIDER, 1999, p. 50). Na publicação **Memórias VI**, Schneider expõe as diversas correspondências se dirigindo ao Departamento do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (DPHAN) e a Prefeitura de Joinville solicitando a criação de um Museu de Sambaqui em Joinville. Posteriormente, ele passou a incluir a compra da coleção do Sr. Guilherme nessas cartas. O sonho de Schneider em consonância com a municipalidade de construir um museu em Joinville parece ter ido ao encontro com o desejo de Tiburtius em vender a coleção, ação feita em 1963, por meio da Lei Municipal n. 620, pelo valor de 5 milhões de cruzeiros.

Com a venda da coleção, Guilherme foi convidado pela Prefeitura de Joinville para trabalhar na sua organização, que ficaria abrigada no MNIC. Na ata da

Comissão do Museu, datada em 18 de novembro de 1963 – página 25 –, Tiburtius informou que acordou com o prefeito Helmut Falgatter que prestaria serviços para o Museu de Sambaqui, recém-adquirido pela Prefeitura, fazendo a catalogação de peças, e que seu local de trabalho seria o MNIC. Guilherme ficou trabalhando em Joinville em 1964, de acordo com os recibos de pagamento acessados no MASJ e a ata da Comissão de 1965 – página 25. Este último documento também informou sobre o afastamento do Sr. Guilherme da Comissão por motivos particulares. Sobre esse assunto Schneider explana:

Eis que apresentando uma série de motivos, veio despedir de mim, Guilherme Tiburtius, acrescentando que voltaria a Curitiba. [...] Eis que com a saída do Sr. Guilherme Tiburtius ficaria acéfalo um dos setores culturais em Joinville, por cuja formação eu lutei bastante. E durante anos. Com idealismo (SCHNEIDER 1999, p. 31).

Ainda nesse sentido, de acordo com a entrevista com o filho do Sr. Guilherme, ele se despede de Joinville, tendo cumprido o papel acordado com o prefeito Helmut Falgatter.

Nos jornais de Joinville foram encontradas reportagens sobre o trabalho de Tiburtius, bem como homenagens e honrarias demonstrando o reconhecimento com relação às suas atividades e a sua história de vida. Na edição de 17 de outubro de 1972, no Jornal de Joinville, um texto escrito por Schneider homenageia Guilherme pelo seu aniversário, com histórias sobre a sua vinda da Alemanha e a venda da coleção para a Prefeitura:

Queremos acrescentar que nosso homenageado de hoje não foi apenas um colecionador: em parte sozinho, em parte com outros autores, seus amigos, é autor de cerca de 20 obras, em que focaliza, com conhecimento de causa, assuntos ligados aos Sambaquis, obras essas, todas ricamente ilustradas, a maior parte das ilustrações, feita pelo próprio autor a bico de pena [...] (JORNAL DE JOINVILLE, 1972, p. 4).

A figura de Tiburtius para além do colecionador foi relacionada frequentemente aos pesquisadores de renome, do Brasil e de fora. O jornal O Diário de Joinville de 3 de novembro de 1985 explicitou:

Através desse trabalho, Guilherme Tiburtius tornou-se conhecido nos círculos científicos voltados ao assunto [...]. Assim, ignorado do grande público, ele é conhecido e admirado por muitos cientistas brasileiros, ingleses, argentinos e japoneses que já visitaram sua coleção. Desenvolveu trabalhos ao lado de estudiosos como Oswaldo Menguhin, de Viena,

organizador do Museu de La Prata, da Argentina, Alcides Lebreuost, e José João Bigarella, Geólogo e um dos maiores antropólogos da área (O DIÁRIO DE JOINVILLE, 1985, p. 5).

Muitos trechos de reportagens sobre Tiburtius enfatizaram o fato da coleção ter requintes científicos e ser legitimada por pesquisadores renomados, essa poderia ser uma forma de mostrar à sociedade joinvilense que o dinheiro investido em sua compra e organização foi bem gasto, tendo em vista que essa não era uma temática muito conhecida nem abordada na cidade. Em um trecho da ata da comissão do Museu Nacional de Imigração e Colonização do dia 5 de fevereiro de 1962, consta a seguinte informação (ATA 1, 1962, p. 12).

O Sr Puls leu uma carta da agência municipal de estatística com sete itens, tratando sobre os sambaquis no município de Joinville, idênticas cartas também foram recebidas pelo Sr. Carlos Ficker e Sr. Adolfo Bernardo Schneider, na qualidade de membros da comissão. O assunto da mesma foi discutido sob todos os aspetos, lembrados os sambaquis conhecidos no município de Joinville, o morro do ouro e o cubatão. O Sr. J.J.Puls comprometeu-se de estudar o assunto, procurar saber se existem outros sambaquis, para oportunamente, responder a agência municipal de estatística.

Interessante constatar que em 1962 esse grupo, que representava a área cultural da cidade, pouco sabia o que era um sambaqui ou a quantidade de sítios existentes no município, refletindo o desconhecimento de grande parte da população.

Pelos registros acessados, como as atas da Comissão e os jornais da cidade, entre 1950 e 1965, presentes na coleção **Memórias da Cidade** do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ), o trabalho do Sr. Guilherme como colecionador foi bem aceito pela cidade de Joinville. Não ficou evidente nas falas, nestes períodos, os julgamentos a respeito da sua prática com o colecionismo, mas os registros admirados pelo seu trabalho, a exaltação do capricho, detalhismo, organização e força de vontade para conseguir formar tamanha coleção (Figura 4). Em nenhum momento ficou evidenciado algum questionamento acerca do rigor científico ou sobre a formação de Tiburtius enquanto um profissional da Arqueologia.

Figura 4 - homenagem da Câmara de Vereadores de Joinville para Guilherme Tiburtius em 1977



Fonte: Acervo do AHJ.

2 A PRÁTICA DO COLECIONISMO

Este capítulo apresenta uma reflexão sobre o colecionismo, os semióforos e a coleção Guilherme Tiburtius, tentando compreender os sentimentos e motivações que permeiam esse universo tão característico, particular e complexo.

O ato de colecionar é algo muito comum e antigo, pessoas das mais diversas épocas viam na coleção algo importante para si e também para a sociedade. Giovanaz (1999) aponta que o ato de colecionar envolve diversas motivações, formadas por interesses que podem ser simplesmente estéticos, financeiros ou por acreditar na preservação da sua própria memória ou de um grupo. Além do prestígio que o colecionador possui, a coleção mostra o gosto, as ideias e escolhas daquele que a formou, bem como demonstra um reconhecimento em torno daquele que coleciona. Este ao ter a preocupação em “guardar”, possibilita que gerações futuras tenham acesso a todos aqueles objetos e acessem às culturas e costumes antigos através deles.

As coleções possuem caráter universal no que se refere ao ato de juntar objetos e dar sentido a eles. No entanto, ganham diferentes significados para cada indivíduo, assumindo idiosincrasias no que se refere aos padrões coletivos partilhados (LOPES, 2010). Como variam amplamente nas razões de se colecionar, para compreender as motivações de cada um é necessário explorar o lugar de onde vem esse colecionador, meio onde vive, a classe social. Bourdieu (2007) em **A distinção** discorre sobre o julgamento do gosto, onde são discutidos títulos e nobreza cultural. O autor coloca que os gostos e preferências são resultados de uma determinada posição na sociedade e diferenças no gosto se transformam em motivo para julgamento social. Nesse sentido o colecionismo pode servir como item de distinção social, onde o ato de colecionar serve como ponto que diferencia o colecionador de outras pessoas, ou o grupo que ele pertence de outros grupos, conferindo-lhes status social mais elevado. Sabendo das particularidades de cada coleção e colecionador, as práticas devem ser pensadas em razão da biografia das pessoas, percebendo assim a sua diversidade e intenções. Todo esse conjunto de informações é de suma importância para a compreensão desse fato pois os motivos para colecionar podem ser relacionados a alguma lembrança de infância, referências familiares, até mesmo traumas. Lopes explica

E embora se trate de um aspecto sempre subjetivo, a relação que as coleções estabelecem com a vida das pessoas é um motivo interessante para pensar, para pesquisar e, ao mesmo tempo, para compreender a forma pela qual as coleções depois são expostas, ou não, e em que condições, ou atendendo a que intencionalidades. Há muitas pessoas que mantêm suas coleções guardadas desde a infância, sem expô-las, e há aquelas que colecionam justamente para expor e, em torno dessa exposição, estabelecer interlocuções, trocas e uma série de outras relações que acabam motivando perspectivas distintas de sociabilidade (LOPES, 2010, p. 386).

Ao pensar sobre a coleção que o indivíduo “constrói” para si, sem as intenções de mostrar e aquele que o faz com a finalidade de expor ao público, o autor relaciona essas às teorias do desenvolvimento da inteligência de Jean Piaget. Não seguiremos por esse caminho, no entanto é importante pensar que em características existentes na fase adulta do indivíduo, as explicações podem ser encontradas em fases da infância. Para Piaget (1983 *apud* LOPES, 2010), a criança entre dois e sete anos desenvolve afetividade e familiaridade com os objetos, iniciando o processo cognitivo de exploração e conservação dos mesmos, podendo assim acontecer as coleções.

O ato de colecionar esteve presente em muitos momentos da história da humanidade, sendo determinante no que se refere à preservação da memória individual ou de grupos. Esse elo com o passado e a preocupação em manter determinada memória fica evidente em diversos períodos, a exemplo do desmanche do Império Romano do Ocidente em 476, os primeiros reinos germânicos procuravam estabelecer um elo com o passado, como se fossem legítimos herdeiros de Roma. O rei visigodo Chindasvinto, na primeira metade do século VII, e seu filho sucessor, aparecem retratados em moedas do período com uma cruz e inscrições em latim, o uso de características romanas, bem como formas monetárias como a moeda, numa demonstração do desejo de perpetuar a memória e o poder da família (CARLAN, 2010). No império de Carlos Magno, entre 747 e 814, foi determinada a preservação e conservação de tudo que fosse referente à cultura romana.

Nesse sentido percebe-se em vários aspectos um anseio de retomar a tudo que envolvesse a antiguidade greco-romana, colecionar objetos de arte, moedas, esculturas era uma prática entre famílias de grande poder aquisitivo, conferindo-lhes status.

Na contemporaneidade, o colecionismo ganha diferentes características potencializado pelo avanço da globalização, fenômeno ligado aos tempos atuais,

atrelada à ideia de homogeneidade e ao consumismo onde a cultura e as oportunidades podem chegar a quase todos os lugares e pessoas. Esse modo de vida trouxe consigo, além das facilidades e conforto, inúmeras questões que exigem reflexão. Segundo Bauman (1999), as aquisições eram feitas por necessidade e para o benefício de uma família inteira, com planejamento e com a certeza de que aquele bem/objeto serviria para suprir as necessidades a que foi proposto a vida inteira, e muitas vezes o objeto passava de geração para geração. Neste contexto, o sujeito passa a adquirir objetos, sejam eles necessários para sua vida cotidiana, para manter a imagem que se quer passar, ou mantê-lo no grupo que o difere dos outros. A partir dos objetos, e dos bens de consumo, pode-se distinguir os sujeitos e diferenciá-los socialmente; comum e até naturalizada é a segregação daqueles que não podem ou não querem aderir a essas massas que vivem para adquirir de tudo que possa lhe trazer prazer e reconhecimento social.

Na lógica do consumismo, muito presente nos tempos atuais, podemos pensar diferentes possibilidades e motivações para um indivíduo ou grupo aderir ao colecionismo. A abundância de objetos e a diversidade dos mesmos pode ser um fator, já que a rotatividade dos produtos é muito grande, tornando-se fácil compor uma coleção seja de qualquer segmento de objetos, adquirir objetos das mais variadas funções é muito mais acessível do que antigamente, existem pessoas que colecionam bonecas, sapatos, miniaturas de perfumes, não há um padrão. A exemplo de colecionismo na sociedade globalizada, o artigo de Márcio Seligmann-Silva intitulado **Colecionismo e Arte**, discute a vida e obra de Arthur Bispo do Rosário (Figura 5). Este foi um artista brasileiro, visto muitas vezes como um louco acumulador, mas que suas obras possuem tamanha importância, sendo comparadas a artistas ícones da modernidade como Marcel Duchamp.

Figura 5 - Artur Bispo do Rosário e uma de suas obras confeccionadas com objetos coletados por ele



Fonte: Paes (2014).

O Bispo trazia em sua poética o colecionismo imbricado em todos aqueles objetos, “salvos” por ele, e ressignificados em suas obras (SELIGMANN, 2009, p. 64).

A impressão que se tem diante da obra de Bispo é que ele visaria uma salvação total, *apocatastasis*, no termo de Origines do mundo. Ele com suas listas de nomes, fichários e bordados queria como que incluir na sua obra-arca todas as coisas, pessoas, pensamentos e sonhos. Sua utopia era a construção de uma segunda “arca de Noé”, como também recorda Maria Esther Maciel, voltada para salvar os “restos” da (pós-)cultura industrial.

Na perspectiva de Rosário, o ato de colecionar era uma forma de salvar o máximo de coisas e histórias, como se isso representasse a salvação dos seus donos ou de quem nele acreditasse. O autor faz uma analogia com o livro Gênese⁷ onde a história de Noé é descrita, aparecendo a listagem de nomes, servindo a Bíblia, nesse sentido, como uma grande caixa ou arquivo sendo capaz de salvaguardar nomes e Histórias. Nessa interessante passagem, vemos o colecionismo de uma outra perspectiva onde o colecionador não coleciona por status ou para se enquadrar em determinado padrão, mas por ter uma certa devoção aos objetos. Ele junta tudo aquilo que foi descartado, como se cada resto que a sociedade descartou, objetos, roupas, tudo isso, um dia voltaria a fazer

⁷ Livro de Gênese, capítulo 6, versículos de 11 a 21.

sentido. Para ele esses objetos constituem um mundo, que ele criou e nele os objetos possuem valor simbólico. Quando falamos em coleções, dando atenção aos objetos e ao que eles podem nos dizer, esses que possuem particularidades e provém de diferentes naturezas, ligam as pessoas pois são elas que os manipulam e dão sentido a eles.

O colecionismo perpassa muitas das inquietações do ser humano, sendo conveniente quando se busca recorrer à memória de um grupo ou indivíduo. Huyssen em sua obra *Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumentos, mídia*, aponta para uma tentativa nas últimas décadas do século XX de se retornar ao passado com práticas, como a musealização e a “onda” retrô, que seriam os “passados presentes”, em um termo criado pelo autor. Huyssen, argumenta que tentamos combater o medo do esquecimento com ações e estratégias que permitem a permanência da memória pública e privada. Explica a necessidade da “memória e da musealização juntas para construir uma proteção contra a obsolescência e o desaparecimento, para combater a nossa profunda ansiedade com a velocidade de mudança e o contínuo encolhimento dos horizontes de tempo e de espaço” (HUYSSSEN, 2000, p. 28). Na perspectiva da memória, juntar coisas, restos de determinado momento, permite uma espécie de estabilidade diante da instabilidade dos tempos, tendo em vista que as coleções são repletas de memórias individuais e memórias coletivas.

2.1 As coleções e os semióforos

Nesse momento dialogaremos com um dos mais importantes pesquisadores do tema, Krzysztof Pomian. Doutor em Filosofia pela Universidade de Varsóvia, na Polônia, atuou em várias universidades de renome como a *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS) e na *École du Louvre*. No ano de 1984, a Enciclopédia Einaudi, em Portugal, o convidou para escrever sobre o verbete **Coleção**. Desde então seu texto tornou-se referência sobre o estudo das coleções.

O autor inicia falando sobre a imensidão das coleções e museus somente em Paris. Existem coleções de qualquer objeto que se possa imaginar, e se fosse inventariar, um livro seria pouco. Para Pomian (1984), os objetos precisam para se enquadrar na categoria coleção responder a alguns quesitos, tais como: serem mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas,

estarem protegidos em um lugar preparado para esse fim e expostos ao olhar do público, sim, mesmo que tais objetos valham uma fortuna, e custem também muito dinheiro para serem mantidos em segurança, seja no quesito conservação, como na proteção contra roubos, eles são mantidos visíveis ao público.

Interessante pensar que muitos desses colecionadores não se aproveitam financeiramente do seu “tesouro”, e o que acontece em muitos casos quando morrem é que as coleções são vendidas gerando grandes fortunas a seus herdeiros. Ou, não são raras as coleções se tornarem um museu. Nestes casos, tem-se inúmeros exemplos fora do Brasil como o “Museu Ariana em Genebra, os museus Lazare Galdiano em Madrid e Frederico Marés em Barcelona, a Fundação Peggy Guggenheim em Veneza, a Gardner House em Boston” (POMIAN, 1984, p. 52). No Brasil entre os exemplos desse tipo, temos o objeto da nossa pesquisa, a coleção Guilherme Tiburtius.

Na publicação **Arquivos de Guilherme Tiburtius**, Guilherme comenta sobre o desinteresse dos familiares de continuar a cuidar da sua coleção de quase 15 mil peças, fazendo com que quisesse vendê-la, pois com a idade avançada, não tinha mais saúde para o empenho exigido na manutenção da mesma. Com a venda, ocorrida em 1963, a coleção foi abrigada no MNIC até o ano de 1969, quando o MASJ foi criado. A sua abertura, no entanto, aconteceu somente em 1972. A coleção equivaleu, na época, a 20% do orçamento da cidade de Joinville, um valor razoável – mesmo que para ele tivesse um valor muito maior, imensurável (TAMANINI, 1994).

Pomian se refere a um paradoxo existente nas coleções que “têm valor de troca, sem ter valor de uso”, ou seja, as peças passam por cuidados, conservação, restauro, não para que possam exercer suas funções primárias. Mas para que fiquem ainda mais apresentáveis ao olhar de quem admira, e nesse sentido são fruto dos desejos de muitos colecionadores, que dariam fortunas para possuí-las, criando assim um mercado, dando valor monetário às coleções.

As coleções, ao longo da existência humana, nos mostram diferentes facetas, dependendo do período não podemos empregar os mesmos conceitos. Cada coleção é única devido à história de sua criação e para quem foram criadas. Pomian explica que no período neolítico os mobiliários funerários, de sepulturas de 6.500 a 5.700 a.C. na Anatólia, são como coleções pois eram objetos cuidadosamente conservados para serem admirados pelos que habitam o além (POMIAN, 1984). Na China, escavações arqueológicas ocorridas na década de 1960, na tumba da

princesa Tong T'ai datada de 706 d.C., trazem centenas de objetos, estatuetas, pinturas, demonstrando a função de serem perpetuamente admirados, mesmo que não estejam expostos ao olhar dos homens da terra, estão disponíveis ao olhar daqueles que estão no além (POMIAN, 1984).

Em Roma os objetos mantidos fora das atividades econômicas, que se acumulavam nos templos e nas residências dos detentores do poder, presentes e despojos que eventualmente eram exibidos para o público, deram origem a coleções. Os grandes colecionadores eram generais e Procônsule, os objetos que ganhavam e expunham provinham de saque (POMIAN, 1984).

O colecionismo na História moderna distancia-se e aproxima-se daquele que ocorria nas sociedades mais antigas. Distancia-se, pois, nas sociedades antigas o ato de juntar objetos vinha como demonstração de poder, rituais funerários, aproximação com o "sagrado", resultado de despojos de guerra. Aproxima-se, pois, mantém os objetos de suas coleções longe do seu valor de uso. Na modernidade, especialmente no expansionismo europeu, o colecionismo serviu como uma das formas de demonstrar o domínio, a "superioridade" e a espoliação desses países em relação às suas colônias.

Muitos museus da Europa mantêm em seus acervos coleções de diferentes partes do mundo, como o Museu Etnológico de Berlim, fundado em 1873, que financiou inúmeras expedições para o Brasil, sendo um dos principais provedores de peças de grupos indígenas no Brasil ao acervo da instituição (DONISETE, 2008, p. 23).

Objetos arqueológicos e etnográficos representam o modo de viver e interagir com o ambiente de grupos do passado. Pensar e relacionar o modo de fazer e a necessidade daquele objeto em determinado momento nos permite evocar as memórias de grupos que já estão extintos. A criação de uma coleção de líticos, cerâmica ou cestaria, permite fazer uma ponte com o passado transitando nas técnicas, utilidades e os materiais daqueles objetos. Essa coleção não oferece apenas fruição por sua beleza estética, ela fornece subsídios para que se possa, ainda que parcialmente, compreender o modo de viver de grupos pretéritos.

O homem, desde os tempos mais remotos, é um produtor de objetos. Os primeiros artefatos datam de três milhões de anos. Os objetos não utilitários também são muito antigos, como explica Pomian (1984, p. 70):

É só durante o aquecimento climático verificado entre os 40 000 e os 60 000 anos, que aparecem os primeiros fragmentos de ocre vermelho; mas são ainda muito raros. Nos níveis correspondentes à última fase deste aquecimento, André Leroi-Gourhan tinha descoberto uma série de objectos de curiosidade, recolhidos pelos habitantes da gruta de Hyène (Arcy-sur-Cure, Yonne, França) durante as suas deslocações. São uma grande concha em espiral de um molusco da era secundária, um polipeiro de forma esférica da mesma época, blocos de pirite de ferro de forma bizarra.

A reminiscência desses exemplares da natureza demonstra, em algum grau, que nossos antepassados se interessavam pela estética daqueles objetos a ponto de guarda-los para si. Grupos de diversos períodos faziam uma reunião de objetos de diferentes gêneros que envolvia de ossos a cristais, existindo assim possivelmente alguma conexão entre a recolha destas coisas e a religião. Mas se assim é, as implicações estéticas não diminuem, porque as formas naturais e as formas criadas estão próximas umas das outras no mesmo ambiente religioso, dos frescos de Lascaux aos pequenos pingentes de fósil (LEROI-GOURHAN *apud* POMIAN, 1984, p. 351).

São então os habitantes da gruta de Hyène em Arcy-sur-Cure que detêm, provavelmente, o título de primeiros colecionadores conhecidos. As curiosidades naturais que recolhiam eram mantidas fora de circuito das atividades econômicas, não podendo ser explicadas sem fazer referência ao “invisível” (POMIAN, 1984).

Nesse sentido temos o visível e o invisível, havendo uma divisão entre os objetos úteis que ajudam a transformar a natureza, possibilitando assim obter recursos para a vida cotidiana, esses são as coisas, e os objetos que não têm utilidade, mas que representam o invisível, possuem um significado. Esses são os semióforos. O semióforo pode ser um objeto que traz em si um significado para além da sua materialidade, possui valor simbólico, representa alguma experiência. Uma das suas funções é serem compostos de signos, que sem formar uma linguagem, servem a ela a medida que substitui algo invisível, que não está presente no agora, são objetos visíveis investidos de significado (POMIAN, 1984). Para um objeto ser um semióforo, ele precisa ser carregado de significado e assim um objeto ao ter utilidade prática, exclui o seu significado:

O semióforo desvela o seu significado quando se expõe ao olhar. Tiram-se assim duas conclusões: a primeira é que um semióforo acede à plenitude do seu ser semióforo quando se torna uma peça de celebração; a segunda, mais importante, é que a utilidade e o significado são reciprocamente exclusivos: quanto mais carga de significado tem um objecto, menos utilidade tem, e vice-versa (POMIAN, 1984, p. 72).

Ainda que carregados de significados ou utilidades, os objetos possuem valor de troca, e caso não respondam a esses quesitos, entram em uma terceira categoria, chamada por Pomian de desperdício. Sendo assim, é o seu significado que determina o valor de troca das peças das coleções. Relativizando, o que para um grupo é um semióforo, para outro pode não ser, e quanto maior a carga de significado, mais valor esse objeto pode ter, sendo cobiçado por aqueles que pensam em obter algo valioso no sentido monetário.

Na perspectiva antropológica, os objetos materiais podem possuir diferentes funções simbólicas, tanto na individualidade como na coletividade, os objetos dizem muito sobre nós e também definem habilidades entre os indivíduos nas sociedades. Para Gonçalves (2007), os objetos podem estar em constante circulação, sendo trocados, vendidos ou colecionados livremente, no entanto isso não se encaixa para os objetos que são considerados para as sociedades modernas ocidentais como Patrimônio Cultural, quando reconhecidos como tal pela coletividade, passam a exercer uma função social e simbólica de “mediação entre o passado, o presente e o futuro do grupo, assegurando a sua continuidade no tempo e sua integridade no espaço” (GONÇALVES, p. 27).

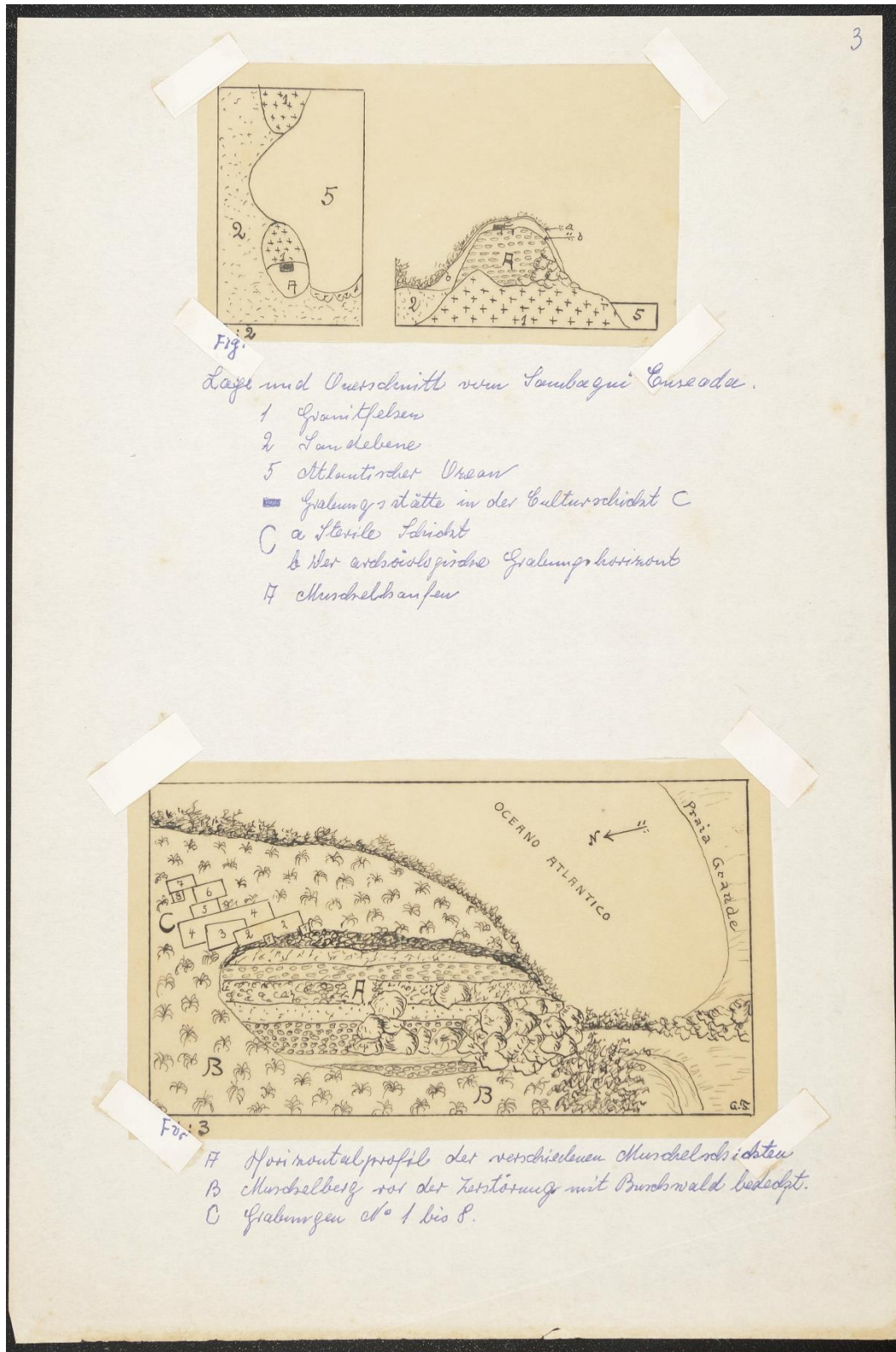
2.2 O colecionismo na Arqueologia ou a Arqueologia no colecionismo

Não podemos aqui definir Guilherme ou colocá-lo na categoria de colecionador somente, pois há muito de arqueólogo e pesquisador nas suas produções, não nos permitindo enquadrá-lo em um campo do conhecimento. O acervo do Sr. Guilherme é fruto de pesquisas arqueológicas, de coletas fortuitas, compras, trocas e doações. A facilidade com que transitava entre o colecionismo e a Arqueologia é realmente admirável. Ao passo que Guilherme fazia o possível e muitas vezes o impensável aos olhos de muitos para adquirir as peças arqueológicas, dispendendo muito esforço e dinheiro para tal, ele possuía uma sensibilidade e um tino para a pesquisa arqueológica que nos mostra toda sua pendularidade. A dificuldade em determinar onde terminaria o colecionismo e começaria a Arqueologia na vida e nas práticas do Sr. Guilherme nos faz questionar se realmente existe essa fronteira.

Marques e Hilbert (2009) encontram semelhanças entre o colecionador e o arqueólogo, pois ambos possuem o ato de montar coleções como prática de seus ofícios. Os autores ainda afirmam que o arqueólogo constrói narrativas através da classificação técnico-teórico-conceitual, o colecionador trabalha a partir de sua intuição e subjetividade. Nesse sentido, sabemos que essa afirmação pode ser discutível ao passo que há muita intuição e subjetividade no trabalho do arqueólogo, também há muito da vivência do mesmo, não há neutralidade em nenhuma ciência. Os autores ainda afirmam que as narrativas dos colecionadores particulares acerca dos objetos não estão apoiadas propriamente em saberes legitimados por estudiosos da cultura material, mas, sobretudo, em concepções intuitivas, embora possa ocorrer uma incorporação em seus discursos de classificação, decorrentes de conhecimentos científicos (MARQUES; HILBERT, 2009).

Nesse sentido, ao falarmos do Sr. Guilherme ponderamos algumas questões. Entre elas é o que o diferencia de um arqueólogo ou como o autor cita, um “estudioso da cultura material”? Quais são os critérios que definem um estudioso da cultura material? Pois para ser um arqueólogo reconhecido como tal sabemos que é necessário ter um diploma acadêmico, e isso Guilherme não possuía. No entanto, não há como negar que ele foi, além de colecionador, um grande estudioso da cultura material, ficando evidente em seus escritos que possuía muita leitura e experiência acerca da Arqueologia, não deixando dúvidas quanto ao seu interesse e conhecimento pela Arqueologia acadêmica. O seu trabalho tem métodos, a composição de sua coleção passa também por um rigor científico que fica evidente não só nos seus registros escritos e desenhos (Figura 6), mas no cuidado que teve em muitos momentos onde houve a preocupação em não descontextualizar o artefato e não danificar os sítios.

Figura 6 - Croqui de pesquisa no Sambaqui Enseada I, feito por Guilherme Tiburtius



Fonte: Acervo MASJ

O que existe é um campo bem interessante, mas delicado de pisar, onde um homem leigo, sem formação acadêmica se choca com um campo do saber, que

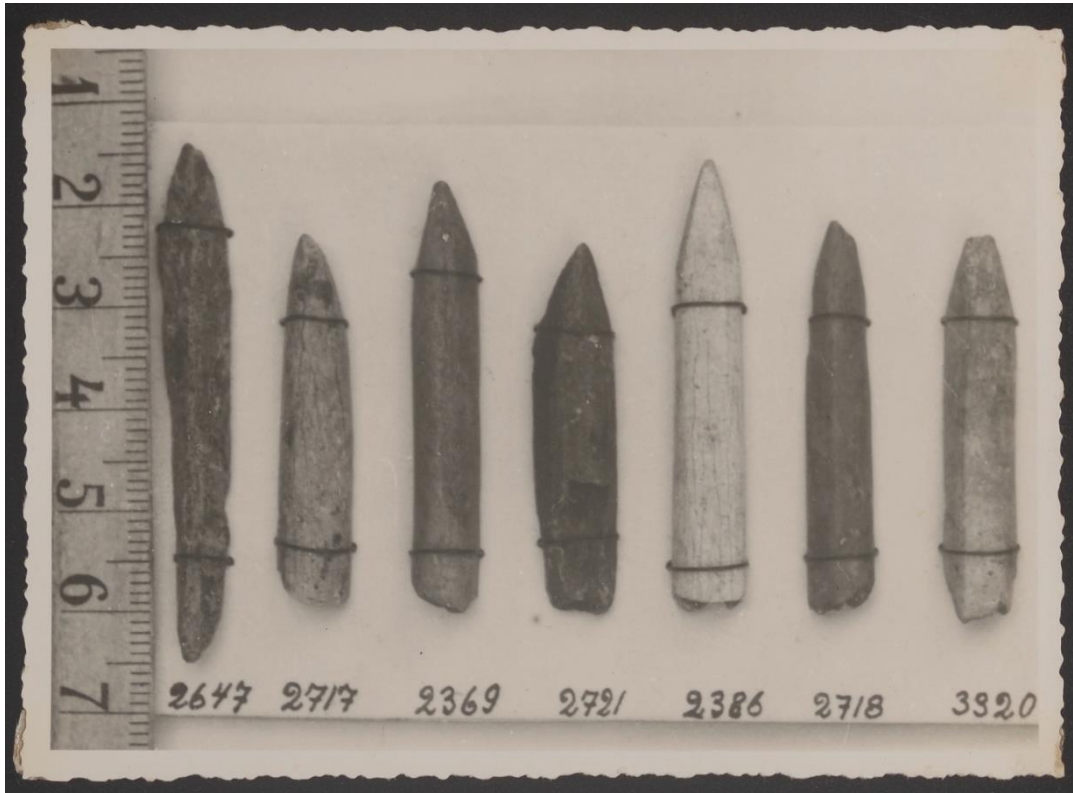
estava buscando sua consolidação, tentando firmar suas bases ao mesmo tempo em que ele estava em plena atuação.

A Coleção do Sr. Guilherme foi construída, pouco a pouco, ao longo de sua vida, mas principalmente depois de sua aposentadoria, quando passou a se dedicar mais intensamente a coleta e compra de artefatos (Figura 7 e Figura 8). No entanto, seu interesse pelo assunto permitiu, ao longo do tempo, a construção de conhecimento pessoal sobre Arqueologia. Todo esse conhecimento lhe conferiu prestígio diante da sociedade e até mesmo entre alguns grupos dentro da classe de arqueólogos. Com muito trabalho, seja no seu acervo pessoal como nas escavações, o esforço financeiro também marcou a construção dessa coleção. A respeito, afirma Pomian (1984, p. 54):

Diz-se também que certas peças de colecção são fonte de prazer estético; que outras e por vezes são as mesmas, permitem adquirir conhecimentos históricos ou científicos. Enfim, observa-se que o facto de as possuir confere prestígio, enquanto testemunham o gosto de quem as adquiriu, ou as suas profundas curiosidades intelectuais, ou ainda a sua riqueza ou generosidade, ou todas estas qualidades conjuntamente. Não é caso para espanto, então, que se encontrem pessoas que queiram apropriar-se de tais objectos e que para este fim sacrifiquem uma parte das suas fortunas; ou outras que, não podendo apropriar-se de tais objectos, queiram ter pelo menos o direito de olhá-los.

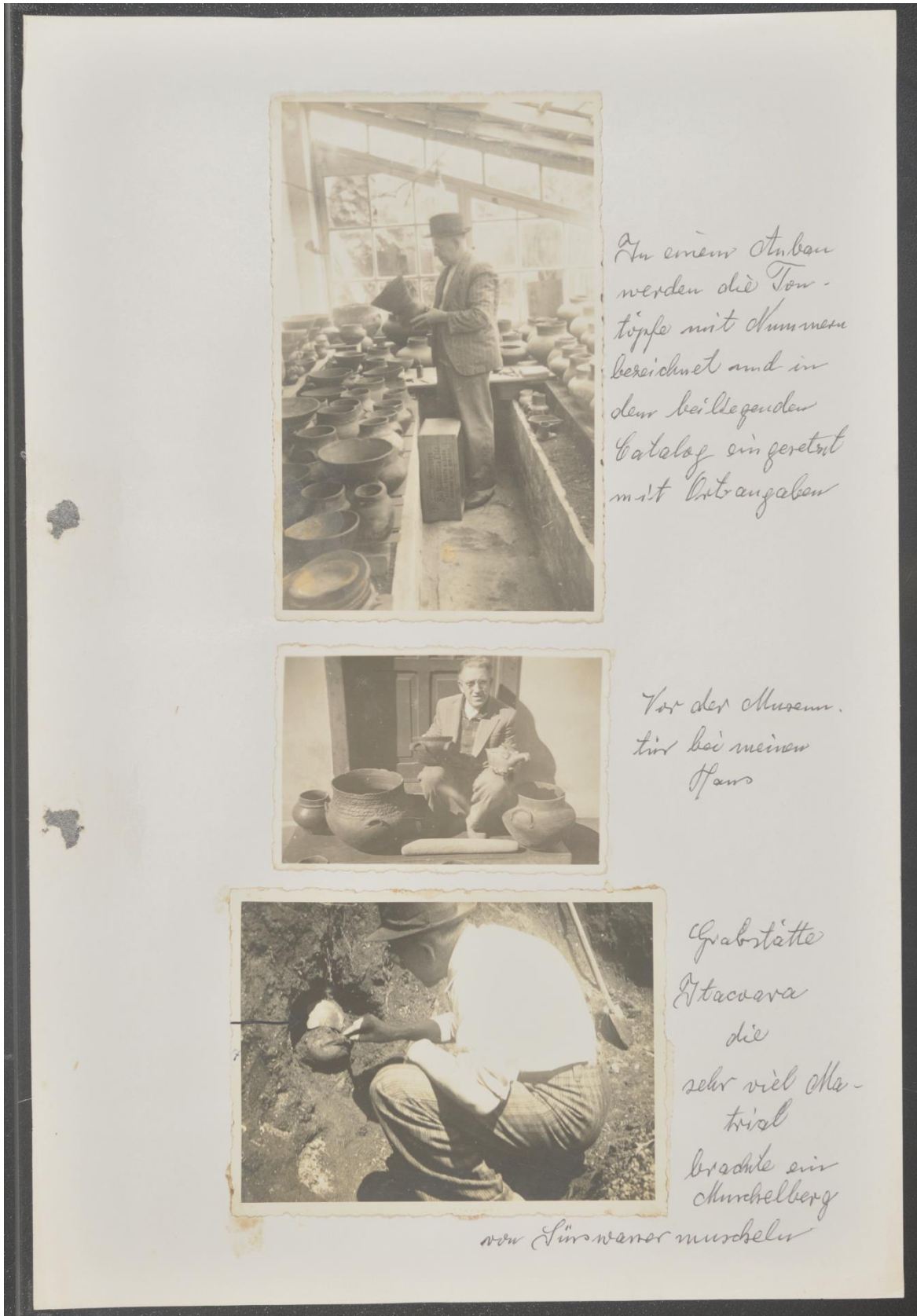
O colecionismo de Guilherme Tiburtius proporciona para quem tem a oportunidade de conhecê-lo, saber um pouco mais sobre o próprio Sr. Guilherme, não somente seus métodos de trabalho, seu conhecimento e apreço pela Arqueologia, mas, sobretudo, seus gostos particulares. Ao observar uma coleção pessoal, podemos perceber muito mais do que objetos e suas finalidades, nela fica marcada muito da personalidade do colecionador.

Figura 7 - Pontas ósseas organizadas por Guilherme Tiburtius para compor a exposição montada em sua residência



Fonte: Acervo do MASJ.

Figura 8 - Página do caderno de anotações de Guilherme Tiburtius em que ele aparece: (a) Em sua casa com sua coleção de cerâmica, (b) Em sua casa com peças cerâmicas e um socador de rocha (c) Escavando o Sambaqui Itacoara



Composta de aproximadamente 12.000 peças de sambaquis e etnográficas, lâminas de machado, pontas de flecha, potes de cerâmicas, ganhadas, compradas, ou coletadas em desmontes destes sítios, os objetos foram durante anos expostos em seu museu particular, servindo de fonte para pesquisas científicas, e ao deleite de apreciadores e colecionadores.

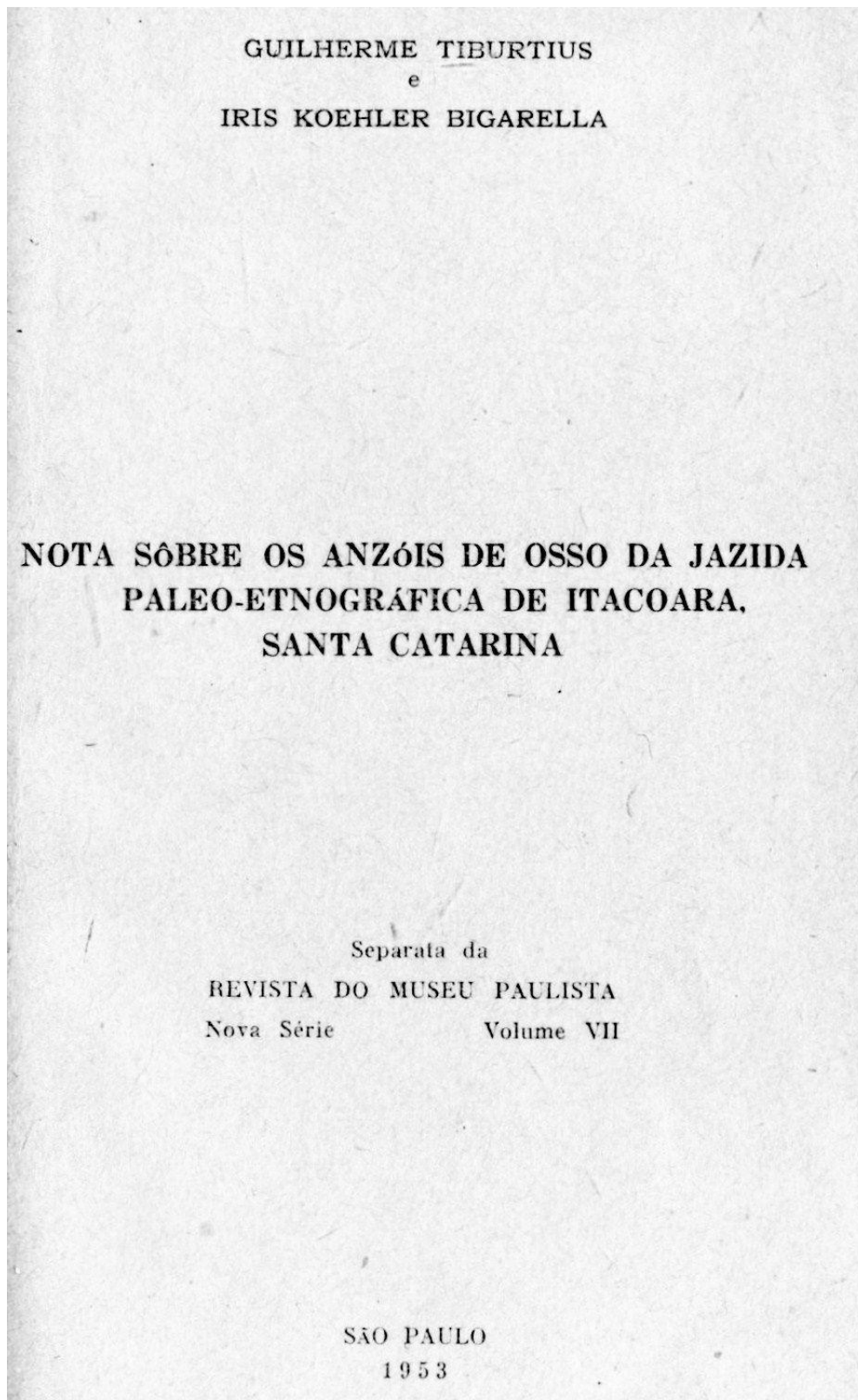
Nesse sentido, o trabalho do Sr. Guilherme nos proporciona inúmeras reflexões sobre questões que permeiam o campo da Arqueologia brasileira. Guilherme pode ser visto como um arqueólogo amador e também como colecionador. Como arqueólogo trabalhou em várias frentes da Arqueologia, coletou muitas peças de desmontes de sambaquis, as estudou, pesquisou particularidades de sítios arqueológicos registrando seus resultados, contribuiu com o estudo de alguns sítios, sendo importante referência e em muitos casos a única (Figura 9). Como colecionador temos um simpatizante da Arqueologia desde pequeno, interessado pelo modo de vida de grupos primitivos, colecionando seus achados de pesquisa e adquirindo também muitos objetos, em um período onde não haviam leis de proteção do patrimônio arqueológico. É evidente que as intenções eram as melhores, mas o fato do Sr. Guilherme ser um arqueólogo amador e um colecionador, fez com que muitos profissionais da área questionassem o rigor científico das suas pesquisas. Com relação a opinião de Loureiro Fernandes sobre os colecionadores e arqueólogos amadores, Chmyz expõe:

Paradoxalmente, a posição de Loureiro Fernandes sempre foi de repulsa à ação dos colecionadores de peças. Responsabilizava-os, juntamente com os exploradores comerciais de sítios, pela destruição do patrimônio arqueológico. Não reconhecia naqueles capacidade técnica e científica para uma correta abordagem. É possível que o seu posicionamento inflexível com relação aos amadores tivesse se cristalizado entre as décadas de 1930 e 1940, quando se inteirava da situação dos sítios do litoral paranaense e, principalmente, em consequência de um incidente envolvendo um dos “grandes amadores”, durante as escavações que realizava no Sambaqui de Matinhos (CHMYZ, 2006, p. 44).

Fica claro que um dos “grandes amadores” era Guilherme, e que seu trabalho não era bem visto por alguns, principalmente, Loureiro Fernandes. No entanto, devemos destacar o aprimoramento que ele buscou com profissionais da área, inclusive possuía amizade com muitos deles, a exemplo dos pesquisadores e professores universitário Iris e João José Bigarella autores de inúmeros livros e

artigos, muitos desses em parceria com Guilherme, tratando de sítios do Paraná e de Santa Catarina, como o Sambaqui Itacoara, por exemplo.

Figura 9 - Publicação de Guilherme Tiburtius com Iris Koehler Biagarella, esposa de Bigarella



Outro nome importante dentro da Arqueologia que muito trocou e ensinou Guilherme, foi o arqueólogo João Alfredo Rohr, padre jesuíta, organizador do Museu do Homem do Sambaqui em Florianópolis e pesquisador de centenas de sítios arqueológicos catarinenses. Segundo Ewaldo Tiburtius, o Padre Rohr conhecia muito bem Guilherme e muitas vezes visitou a sua coleção em Curitiba (TIBURTIUS, 2016).

É necessário entendermos o contexto da Arqueologia no Brasil no período de atuação do Sr. Guilherme, que se intensificou dos anos de 1940. Para Bueno (2011), entre a era dos museus e o ingresso da Arqueologia na universidade, temos um período denominado por alguns autores como “era dos amadores”. O ingresso da Arqueologia nas universidades se deu entre as décadas de 1950 e 1960, e o período anterior, considerado “era dos amadores” correspondeu ao período que Guilherme esteve atuando fortemente na Arqueologia e no colecionismo. Nesse período, temos o Sr. Guilherme atuando principalmente nos desmontes de sambaquis. Concomitantemente um grupo de acadêmicos buscava a proteção do patrimônio arqueológico através das vias legais. Composto por profissionais da Arqueologia de várias instituições do país, entre eles Paulo Duarte da Universidade de São Paulo (USP), Castro Faria do Museu Nacional do Rio Janeiro e Loureiro Fernandes da UFPR. Estes eram acadêmicos à frente de grupos de pesquisas e cursos de Arqueologia, buscavam a profissionalização da profissão de arqueólogo e “condenavam” a exploração dos sítios arqueológicos.

Esse grupo, por sua vez, conseguiu juntamente de outras pessoas, a criação da Lei 3.924 de 1961, conhecida como a Lei dos Sambaquis. Esta protege os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza, e todos os elementos que compõe ficam sob responsabilidade do poder público. Para Bueno (2011, p. 62):

Com a lei 3924/1691 e a intervenção do SPHAN há um movimento para profissionalizar o exercício da atividade de arqueólogo. No entanto essa profissionalização é confundida com “academicização” - o profissional é o acadêmico, só está apto a ser arqueólogo quem ocupa cargos na academia; ou seja é a academia que confere legitimidade ao discurso.

O que parece ter é uma tensão entre o conhecimento empírico, a experiência, o “amadorismo” e o método científico, estabelecido dentro das universidades, e

legitimado pelos seus pares. Percebe-se uma tentativa de desqualificação do trabalho executado por pessoas não pertencentes a esse grupo, aos chamados amadores, como o Sr. Guilherme, que durante anos produziram e movimentaram a Arqueologia brasileira, antes dela ser institucionalizada dentro das universidades. Guilherme não passou parte de sua vida comprando peças, escavando sítios e coletando vestígios em desmontes com intenção de destruir o patrimônio, ele tanto fez pela Arqueologia que o MASJ foi criado a partir de sua coleção, do seu legado.

Para falar sobre o terreno de disputas onde pisou Guilherme, utilizaremos o conceito de campo de Pierre Bourdieu na tentativa de compreender tais tensões. Para Bourdieu (1983, p. 89), os campos são “espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)”. Cada um se caracteriza por diferentes interesses e disputas, onde os novos buscam se estabelecer, marcar sua posição, enquanto os já estabelecidos, autorizados pretendem manter o monopólio (BORDIEU, 1983).

O conhecimento científico sobre Arqueologia ou em outra área do saber, pode ser adquirido por qualquer indivíduo que tenha interesse e aptidão, a experiência em escavações, a leitura de artigos científicos, a troca de informações com amigos profissionais pode e certamente trará uma boa bagagem de conhecimento para um amador, e nesse caso específico Guilherme. No entanto, o que dará legitimidade a esse conhecimento, e a produção gerada com ele, será a universidade, pois o discurso válido vem daqueles que falam a partir dela. Se isso não fosse verdade, os estudiosos como Guilherme, autônomos, sem formação na área de estudo, seriam reconhecidos pelos legitimados. Nesse sentido, aqueles que não passaram pelo crivo acadêmico, não estão aptos, e portanto, não autorizados a falar em nome da ciência.

Isso posto, não há como desvincular o colecionismo nem a Arqueologia da vida do Sr. Guilherme, ambos andam lado a lado. Vale destacar que o colecionismo surgiu muito cedo em sua vida, prática comum no seu lugar e no seu tempo, sendo o início de tudo. A Arqueologia foi algo que surgiu mais tarde, tornando-se o meio pelo qual Guilherme chegou até as peças que posteriormente fariam parte de sua coleção. Guilherme pesquisou e dialogou com os mais diversos campos do conhecimento, produzindo informações importantíssimas, tanto para os simpatizantes e curiosos da Arqueologia quanto para as pesquisas científicas. É

necessário o reconhecimento do trabalho do Sr. Guilherme, e mais do que isso, é preciso enxergar a sensibilidade, a intuição e a perspicácia de um homem do seu tempo.

2.3 Da coleção particular ao museu

Da compra da coleção Guilherme Tiburtius em 1963 até a criação de um museu para abrigá-la no ano de 1972 (Figura 10) muitas coisas aconteceram no campo museológico e muitos personagens estiveram envolvidos nesse processo. Transformações e mudanças vinham ocorrendo na museologia mundial, desde a criação em 1946, do Conselho Internacional de Museus (ICOM), com sede em Paris e ligado à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Dentre as ações que sucederam a criação do ICOM, deu-se a estruturação da museologia como disciplina, bem como o seu desenvolvimento como ciência (CURY, 2004).

Em 1972, na cidade de Santiago do Chile, aconteceu um encontro promovido pela UNESCO e pelo ICOM, chamado “Mesa Redonda de Santiago do Chile”. Considerado um marco para a museologia mundial, seu objetivo era discutir o papel dos museus no desenvolvimento da sociedade, visando a contribuição do museu na educação da comunidade. Segundo este encontro, o museu é:

é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, situando suas actividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais. (Mesa Redonda de Santiago do Chile, ICOM (PRIMO, 1999, p. 112).

Com isso, os museus estavam sendo chamados a ser parte de um processo de mudança nas comunidades, trazendo-as para dentro do museu, permitindo que os mesmos se reconhecessem como agentes de transformação, sendo o museu capaz de contribuir nas modificações necessárias na comunidade da qual faz parte (DUARTE, 2013). Surgiu nesse sentido, na França, o conceito de Ecomuseu, a partir das ideias de Georges Henri Rivière, Hugues de Varine-Bohan e Germain Bazin. Com a proposta de repensar o significado da própria instituição museu, nessa visão,

os museus deveriam envolver as comunidades locais no processo de tratar e cuidar de seu patrimônio. Como explica Varine-Bohan (1987, p. 40), seu objetivo é

Contribuir para o desenvolvimento global da comunidade urbana, a ela associando a própria população por intermédio das coletividades e dos grupos voluntários, assim como as instituições existentes, notadamente as educativas. Para isto, a especificidade do museu o levava a utilizar o patrimônio da comunidade, no mais extenso sentido, suas tradições, sua memória, suas artes, os vestígios monumentais e moveis de sua História [...].

Esse cenário trouxe novas propostas, onde a educação e as práticas culturais vinham como ferramentas de transformação social junto do museu, lugar esse que em muitos momentos, serviu à ideologia dominante, surgem novas Instituições, com novas perspectivas. Sobre o tema Flávia Souza argumenta que:

Partindo do princípio de que a museologia é a ciência que investiga as relações entre o homem e os objetos, e que estas relações tanto podem se dar no espaço museal como fora dele, o movimento da Nova Museologia, com a abertura dos museus às questões sociais e à inclusão da temática ambiental, explicita bem essa característica de difusor de uma consciência comunitária crítica em todos os espaços (SOUZA, 2007, p. 26).

Figura 10 - Fachada do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ) (sem data)



Fonte: Acervo do MASJ.

Mesmo com a compra da coleção Guilherme Tiburtius tendo acontecido em 1963, sua criação se deu somente em 1969, via Lei Municipal n. 1.042, e aberto

oficialmente em 1972. Embora os movimentos ocorridos na Museologia até a década de 1970 possam parecer distantes da realidade joinvillense naquele período, houve, de alguma forma, a ressonância dessas ações na criação do MASJ. Influenciado pelas transformações que a Museologia, acompanhada pelo campo da História e do Patrimônio, vinha passando, o MASJ abriu as suas portas em 1972.

Uma movimentação na direção da construção de um museu histórico (o MNIC) se deu em um momento onde muitas coleções e peças de valor artístico-cultural, de diversos locais do país, estavam sendo compradas por grandes colecionadores brasileiros e até estrangeiros. Muitas dessas peças pertenciam a locais afastados das capitais e passaram a compor coleções ou acervos de museus em São Paulo e Rio de Janeiro. Nesse período, ano de 1958, o Sr. Adolfo Bernardo Schneider descreve em seu livro, que em Joinville, na ocasião do desmonte do Sambaqui Cubatãozinho para a pavimentação do aeroporto, foi encontrado um zoólito⁸, que, segundo ele, ficou exposto em uma joalheria da cidade, portando um cartaz que anunciava que a peça iria para o Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro (SCHNEIDER, 1999). Esse movimento, percebido por Schneider na ocasião do zoólito, foi uma prática comum, naquele período, onde os bens culturais de uma cidade, muitas vezes do interior, eram vendidos, ou emprestados para outros lugares, principalmente aos grandes centros do país.

Na publicação de Ligya Martins Costa que reúne documentos de trabalho dos seus 44 anos no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) fica nítida a preocupação com o patrimônio cultural nacional:

O que acontece é que a emigração desses bens das pequenas cidades e áreas rurais tem enriquecido os grandes centros, que sabem o que significam – mesmo que rigorosamente não exprimam passado seu. E sabem que com sua aquisição fazem uma inversão segura de capital. Enquanto são salvos e ficam no país não é um problema dos mais sérios; mas a região assim despojada sofre uma perda definitiva ou, na melhor das hipóteses, dificilmente recuperável (COSTA, 1971, p. 28).

Para Costa, os museus regionais traziam em si verdades sobre sua região, neles e através dos seus acervos se refletiam as diferentes realidades locais, ligando assim pessoas às histórias da terra e à comunidade que lhe pertence. Os grupos ao verem suas raízes e remanescentes de suas famílias organizados nos

⁸ Zoólitos são peças arqueológicas confeccionadas em pedras retratando animais.

museus, passavam a compreender e enxergarem-se como agentes de suas histórias.

Nesse contexto, gestores e grupos que representavam a cidade de Joinville, como Schneider e a Comissão de Amigos, iniciaram um movimento visando à criação de um museu histórico com uma seção ou departamento etnológico⁹ para que objetos pertencentes aos imigrantes da cidade fossem reunidos para preservar a memória dos grupos que iniciaram a “construção da cidade” (SCHNEIDER, 1999). O processo do MNIC durou cerca de seis anos, sendo criado em 2 de julho de 1957 pela Lei Federal n. 3.188, estando a sua instalação sob responsabilidade do DPHAN.

Uma Comissão de Amigos foi organizada para que, independente do DPHAN, fossem recolhidos objetos para compor o acervo do novo museu (ATA 1,1961, p. 1). Esta foi composta inicialmente por Adolfo Bernardo Schneider, Carlos Ficker, Edith Wetzell, Hilda Anna Krisch, Helga Schmidt, Jaroslaw C.Pesch, Kurt Rosemberger (ATA 1,1961, p. 1).

Posteriormente, outras pessoas passaram a compô-la. Segundo as atas da Comissão, o objetivo das reuniões era discutir as formas de recolher e receber doações de objetos, debater e resolver questões de cunho cultural, criação de novos espaços para uso comum da cidade, e principalmente buscar verbas e angariar fundos para melhorias do próprio prédio do MNIC.

Na ata da primeira reunião, datada em 3 de abril de 1961, os integrantes se descrevem como uma comissão criada para tratar da obtenção de objetos relacionados com a finalidade do museu, sendo esse o principal objetivo. Fica evidente que, com o decorrer dos anos, muitas decisões sobre o patrimônio da cidade passaram por esse grupo e que, embora tivesse sob a coordenação do DPHAN, possuía muita influência na seleção dos objetos que seriam expostos naquele espaço de memória. Fica nítida a participação desse grupo, conforme discussões transcritas nas atas, na aquisição e preservação de espaços culturais na cidade naquele período. A exemplo, tem-se Casa da Memória do Imigrante, a casa do primeiro prefeito de Joinville, Ottokar Doerffel, que posteriormente se tornou o

⁹ Schneider esteve desde 1950 preocupado em reunir peças arqueológicas de Joinville para compor um Museu sobre os sambaquis.

Museu de Arte de Joinville (MAJ) e a casa do artista plástico Fritz Alt, também transformada em um museu.

A criação do MASJ foi cogitada desde a década de 1950, quando Schneider lançou apelos na imprensa de Joinville pedindo aos proprietários de peças de sambaquis para entregar a ele para a formação de um museu. Além disso, Schneider conhecia bem a coleção do Sr. Guilherme que ficava em Curitiba, onde morava. Essa coleção possuía boa fama internacional no meio acadêmico, tendo recebido a visita de muitos pesquisadores de renome como o professor Paulo Duarte¹⁰.

A história do museu pode ser dividida em duas partes. A primeira representa a compra da Coleção Guilherme Tiburtius em 1963 para compor a seção etnológica do MNIC, ficando abrigada inicialmente nos segundo e terceiro andares da instituição, entre 1963 a 1972. Nos primeiros anos a Comissão tratou de alguns aspectos referentes à coleção, como a manutenção e a organização, juntamente com a contratação do Sr. Guilherme para cuidar, catalogar e classificar os objetos, bem como colaborar na localização de sambaquis próximos a Joinville. No ano da venda da coleção, Guilherme começou a frequentar as reuniões da Comissão, aparecendo como uma autoridade no assunto sobre sambaquis, trazendo para aquele grupo reflexões acerca da Arqueologia. No segundo momento, houve a criação do MASJ em 1969 e a construção do seu prédio para a sua abertura oficial em 1972. Esta, em 14 de outubro, contou com a presença de pessoas da comunidade e representantes do poder público, entre eles o prefeito de Joinville Harold Karmann, o diretor do IPHAN Renato Azevedo Soeiro, o Ministro da Educação e Cultura Senador Jarbas Passarinho, entre outros (TAMANINI, 1994).

A primeira exposição do MASJ, concebida por um dos seus idealizadores, o museólogo Theodoro Alfredo Russins, chamava-se “Coleção Guilherme Tiburtius” (**Error! Reference source not found.**). Esta, exposta entre outubro de 1972 e junho de 1991, tinha como proposta apresentar o homem de sambaqui como sujeito da História, numa leitura antropológica. Ela trazia os seus elementos culturais, sua tecnologia, os hábitos funerários, alimentação, estética e arte, apresentando os sítios “*ex situ*” com fotografias e textos, bem como convidava os visitantes para

¹⁰ Paulo Duarte foi um arqueólogo humanista e pioneiro no processo de institucionalização da arqueologia na universidade.

conhecer os sambaquis “*in situ*”, a exemplo do Rio Comprido que fica a quatro quilômetros do museu¹¹.

Figura 11 - Exposição de abertura do MASJ “Coleção Guilherme Tiburtius” em sua abertura no ano de 1972



Fonte: Acervo do MASJ.

Essa primeira exposição trouxe algo de muito inovador para a cidade. Primeiro por se tratar de um acervo arqueológico, tema pouco conhecido até o momento. Também por representar um acervo derivado de uma coleção particular, tendo em vista que o outro museu existente na cidade, o MINIC, possuía um acervo adquirido por meio de doações e compras de objetos de diferentes procedências. Os museus de arqueologia têm como características um passado ligado ao colecionismo, assim explica Maria Cristina Bruno (1996, p. 293):

As coleções arqueológicas estão na gênese da história dos museus. Amparados em alguns séculos de investigação e interesse pelo passado, pelo exótico e pelo diferente, esses acervos foram constituídos, de uma certa forma, para diminuir a distância entre as sociedades que vivem em tempos distintos. Espelham também, a colonização, o saque e a destruição de alguns povos por outros. Sobretudo, esses acervos, espalhados em

¹¹ Conforme o relatório 25 anos do MASJ.

museus de portes diferentes, podem sinalizar aspectos inerentes a longevidade e diversidade da herança patrimonial dos seres humanos.

É interessante pensar a relação dos museus de arqueologia com as coleções e o colecionismo, pois em muitos casos esses iniciaram a partir de coleções particulares, como já mencionamos. As coleções arqueológicas até o século XVII geralmente estavam associadas às coleções de arte ou de história natural, não tendo um espaço específico para elas (BRUNO, 1996). Um fato importante foi o surgimento do Museum Ashmoleanum, na Inglaterra, criado a partir da doação de uma coleção particular para a Universidade de Oxford, em 1683. O fato desse museu ter sua gênese em uma universidade, inaugura o formato dessas instituições como locais públicos e de aprendizado (BRUNO, 1996).

Nos remetendo ao MASJ, vemos que ele nasce com a proposta de ser um museu de pesquisa, com laboratórios e locais de estudo para pesquisadores do mundo todo. Inclusive, esse foi o tema de um dos artigos que Schneider escreveu em 1963¹² após a compra da coleção, quando essa ainda se encontrava na sede provisória do MNIC. Sobre seu descontentamento em relação a coleção não ter sido aproveitada no seu potencial máximo, afirmava (SCHNEIDER, 1999, p. 59):

O museu deve ser mantido em forma. Durante todo o ano. Porque com exceção nos restantes dias do ano quando o museu representa um ponto de atração turística, nos restantes dias ele deve ser um centro de estudos [...] Sempre, dia após dia o museu deverá estar aberto à visita dos verdadeiros interessados. Os pesquisadores, os cientistas brasileiros ou estrangeiros, que as vezes vem de longe para estudar, para dirimir dúvidas.

O fato do MASJ ter sido pensado para ser uma instituição científica, inaugurando na cidade o discurso científico, não excluiu a relação com as comunidades do entorno dos sambaquis, construída através dos anos em seus trabalhos de educação patrimonial. Até surgimento do MASJ, a experiência museológica existente na cidade seguia os padrões mais tradicionais, com uma linguagem museográfica e museológica consideradas atualmente tradicionais. Ou seja, a exposição e o público eram colocados como entidades separadas ou distantes, bem como o discurso da instituição que era em torno da imigração

¹² O artigo se encontra no livro **Memórias VI**, publicado em 1999 pela Prefeitura Municipal de Joinville.

européia, sem expressar toda a pluralidade e os diversos grupos existentes na história da cidade (SOUZA, 1999).

3 VESTÍGIOS DE UM PASSADO DESCONHECIDO: A COLEÇÃO GUILHERME TIBURTIUS NA CIDADE DOS PRÍNCIPES

Ao ler um livro sobre a história da cidade, ou mesmo um jornal, principalmente de décadas passadas, vemos narrativas sobre uma cidade colonizada predominantemente por alemães. As falas sobre a imigração sempre vêm permeadas pelo orgulho alemão, ressaltando o trabalho duro, o esforço e o espírito aventureiro desses colonizadores que venceram em um ambiente inóspito. Da mesma maneira, a historiografia conta que os primeiros colonizadores encontraram muitas dificuldades ao chegar na Colônia Dona Francisca, como o clima tropical, muito diferente da Europa, e os poucos recursos vindos da empresa colonizadora para suprir todas as necessidades. No entanto, é necessário um olhar crítico para perceber uma romantização desse processo, onde os acontecimentos encontram-se de forma linear, como se a chegada dos primeiros imigrantes fosse o início de tudo, “a chegada da civilização”. Percebe-se um romantismo em torno da colonização, associado ao chamado “mito fundador”¹³.

Pouco se fala na historiografia regional¹⁴ sobre os grupos que antecederam os colonizadores, como os indígenas e sambaquianos, como se o solo colonizado pelos imigrantes estivesse sendo explorado pela primeira vez. Sabemos que a Baía da Babitonga foi habitada há aproximadamente cinco mil anos por grupos caçadores-pescadores-coletores que deixaram muitos vestígios de sua existência, sendo os sambaquis os maiores representantes desses grupos.

Os imigrantes germânicos e teuto-brasileiros aparecem com frequência na historiografia local acompanhados de adjetivos como fortes, trabalhadores e esforçados por natureza. Esse orgulho alemão e a exaltação pela força e trabalho do colonizador pode ser chamado de *Deushtum* (germanidade) como explica Seyfeth (1999, p. 74):

A palavra *Deushtum* tem dois sentidos que convergem para compor a etnicidade teuto-brasileira: expressa o sentimento de superioridade do “trabalho alemão” – e, neste caso, remete ao progresso trazido pelos pioneiros à “selva” brasileira – e define o pertencimento à etnia alemã,

¹³ Aqui faço referência a obra de Marilena Chauí (2000), o **Mito Fundador**.

¹⁴ Na historiografia regional, uma das principais obras de referência sobre Joinville se refere a Carlos Ficker, com a **História de Joinville**: subsídios para a crônica da colônia Dona Francisca Joinville.

estabelecendo seus critérios – língua, raça, usos, costumes, instituições, cultura alemães.

Esse sentimento de orgulho e superioridade do povo alemão, foi repassado de geração em geração e muito replicado nas falas sobre o povo joinvilense atualmente. Inclusive o grande desenvolvimento da industrialização que ocorreu em Joinville, aparece como fruto da “superioridade do trabalho alemão”, servindo isso como reafirmação da identidade étnica teuto – brasileira (COELHO, 1993). Entender como se deu a imigração no sul do Brasil e principalmente em Joinville se faz necessário para a compreensão do lugar onde foi inserida a coleção Guilherme Tiburtius.

No Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, houve um grande movimento de imigrantes europeus, cujo fluxo estava diretamente ligado a pequena propriedade familiar. Em vários locais do sul aconteceu da mesma maneira, conforme explica Giralda Seyferth:

Durante a segunda metade do século XIX, as províncias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e; posteriormente, do Paraná, promoveram a colonização de parte do seu território com imigrantes de origem européia. Se em São Paulo a imigração visava principalmente a obtenção de trabalhadores para as fazendas de café, no sul, o sistema de colonização foi bastante diverso e tinha outras finalidades: o povoamento e o estabelecimento de pequenos agricultores que desenvolvessem a produção de alimentos básicos (1986, p. 57).

O Vale do Itajaí é um exemplo de política imigratória com foco na colonização. Essa se deu a partir da fundação de colônias particulares, onde uma empresa colonizadora obteve a concessão das terras devolutas destinada à ocupação com imigrantes alemães em regime de pequena propriedade familiar (SEYFERTH, 1999). Também particular, a Colônia Dona Francisca foi criada em 1851 nas terras recebidas como dote pela princesa Francisca, irmã de D. Pedro II, pelo seu casamento com o príncipe François Ferdinand Phillippe, nascido na França. As terras recebidas correspondiam as cidades de Joinville, São Bento do Sul, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Corupá, Schroeder, Campo Alegre e Garuva (FICKER, 1965). Para a constituição dessa, criou-se a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, que destinou essas terras para famílias de alemães, suíços e noruegueses. Para a Sociedade, a emigração para o Brasil era economicamente positiva para a Alemanha. Assim explica Tamanini:

Os interesses da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, nesse primeiro momento, apresentam-se com um caráter puramente mercantil, na medida em que os comerciantes, a ela ligados entendiam que a imigração poderia alterar o saldo comercial negativo dos negócios de importação e exportação com o Brasil. Nesta fase, a imigração para o sul do Brasil era considerada extremamente positiva, pois a fundação e desenvolvimento das primeiras colônias, situadas mais ao sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro) entre elas a Colônia Dona Francisca, já havia demonstrado que a longo prazo poder-se-ia criar um mercado consumidor de manufaturados e abastecedor de matérias-primas (TAMANINI, 2001, p. 43).

Nesse sentido, o fato de ter grupos germânicos estabelecidos no Brasil, possibilitaria uma aproximação entre os dois países e conseqüentemente a facilidade de comércio gerando lucros para a Alemanha. Para o governo imperial, encaminhar os colonos para os locais em que tinha interesse de povoar, criando uma via de acesso do litoral ao planalto, também era uma forma mercantil de enxergar a imigração. Ao chegarem nas colônias, a situação não era muito favorável para os imigrantes, e isso é algo que se repetiu em várias colônias no sul do Brasil. Responsabilidades que caberiam ao estado, muitas vezes ficaram para os próprios colonos executarem. Essa situação de isolamento contribuiu, com o passar dos anos, para que vivessem em “quistos étnicos”, ou seja, o isolamento racial e cultural de um grupo. Para Seyferth (1986, p. 56):

As colônias "estrangeiras" tomam para si a tarefa de construir suas escolas, hospitais, igrejas, contratar professores e médicos, providenciar padres e pastores da mesma origem dos colonos, seja por falta de recursos ou mesmo por descaso dos governos provinciais, que pouco se preocuparam com suas obrigações a esse nível. Em algumas colônias oficiais até o diretor era, muitas vezes, um estrangeiro. Essa situação de isolamento, mesmo no que diz respeito às obrigações mais elementares do Estado, perdurou até o final do século XIX, mais precisamente, até a implantação da República.

Na Colônia Dona Francisca, recém-chegados, os colonos foram separados pelo idioma, criando-se três grupos, noruegueses, suíços e alemães, sendo esses direcionados para lugares diferentes da colônia, trabalhando na abertura de picadas e marcação e demarcação dos lotes (FICKER, 1965). Em muitas colônias houve um isolamento dos colonos, até a implantação da República, formando assim grupos homogêneos, permitindo até uma certa autonomia no que tange às atividades básicas de uma colônia, tornando-se cada vez mais coesos. No entanto, Seyferth

(1986) explica que isso aconteceu por falta de opção, devido a forma que foi conduzida a política de colonização, nos casos onde a colônia era responsabilidade do estado.

O cenário de dificuldade, que foi presente durante muito tempo nas colônias no sul, possibilitou essa unidade entre os colonos, podendo ser em partes responsável pelas questões de cunho étnico que posteriormente viria a ser um problema para a república. Nesse sentido, o discurso étnico presente entre os colonos enfatizava que a força e a superioridade alemã eram responsáveis pelo sucesso desses grupos, mesmo em meio a dificuldade. A identidade alemã fica evidente nas práticas da colônia, como no ensino escolar. As escolas alemãs em Joinville tinham como padrão a existência de um professor que também era pastor. A *Deutsche Schule*, fundada em 1866, esteve vinculada à Igreja Luterana e foi uma das principais ferramentas para a manutenção da etnicidade (TAMANINI, 1999, p. 81). Cabe aqui uma definição de etnicidade que, de acordo com a autora Siân Jones (1997, p. 37) “[...] é todo fenômeno psicológico e social associado com identidade de grupo construída culturalmente. O conceito de etnicidade foca o modo pelos quais processos culturais interagem com outro na identificação de grupos étnicos e a interação entre eles”. Nesse sentido, a etnicidade aparece como uma série de elementos comuns, que aproximam seus “semelhantes” como o idioma, os costumes e a própria descendência. Giralda Seyferth exemplifica isso:

O elemento mais concreto dessa etnicidade é o sentido de comunidade baseado na história comum da colonização - da qual o pioneirismo dos primeiros colonos emerge como símbolo étnico -, na cultura comum, considerada alemã, e na origem racial/nacional, que remete à noção de Volk (povo). Assim, a comunidade étnica formalizada é assumida como endogâmica e definida por um conjunto de elementos concretos que servem como limites a separa-la dos "outros", entre os quais se destacam o uso cotidiano da língua alemã, a escola comunitária, as instituições culturais (como as sociedades de canto ou dança, por exemplo), as sociedades esportivas associadas a ideais nacionalistas, como as *Turnvereine* (sociedades de ginástica) e as *Schützenvereine* (sociedades de tiro), além das características mais óbvias relacionadas ao estilo de vida e a uma ordem econômica e social derivada da experiência comum da colonização (SEYFERTH, 1993, p. 5).

Em muitos aspectos é possível compreender o fato dos alemães buscarem a convivência com semelhantes, pois quando se é o estrangeiro, naturalmente busca-se relacionar-se com aqueles que possuem experiências semelhantes as suas. No

entanto, isso se torna um problema para o estado quando um grupo é tão “fechado” que não assimila os costumes nem se integra na sociedade na qual vive.

A etnicidade passa ser um grande problema durante o Estado Novo, período de 1937 a 1945, com a criação de uma campanha de nacionalização, o governo passa a realizar diversas ações de repressão a grupos estrangeiros. Santa Catarina, onde houve um grande fluxo de imigração alemã, foi considerada área de risco para a manutenção da soberania nacional. “O estado novo buscava acabar com a diversidade existente em Santa Catarina, era o fato de esse estado ter forte influência germânica e, portanto, mais vulnerável a compactuar com o nazismo” (SILVA, 2008, p. 44). Essa campanha, que também foi implementada em Joinville onde havia muitos imigrantes alemães, visava forçar uma assimilação por parte dos imigrantes e seus descendentes, que em alguns casos se viam totalmente desvinculados de uma identidade étnica brasileira, falavam o idioma alemão e ainda cultivavam muitos costumes estrangeiros.

Entre as medidas implementadas pelo governo de Getúlio Vargas estavam a proibição do idioma alemão, nas ruas ou nas escolas. Tendo em vista que grande parte dos imigrantes ou seus descendentes se comunicava somente nesse idioma, essa foi uma medida totalmente incapacitante para eles. Não só o idioma alemão foi proibido, mas muitos bens pessoais foram confiscados, como rádios e correspondências, além das associações e clubes que eram espaços de convivência foram fechados. As pessoas eram estimuladas a denunciar caso ouvissem algum indivíduo falando outro idioma (GRUNNER, 2001). Talvez o idioma fosse um dos mais importantes componentes culturais entre os imigrantes, pois os unia e diferenciava dos demais. Toda essa repressão durou alguns anos e veio como um golpe certo na vida desses imigrantes, que durante anos foram impedidos de serem livres, sendo forçados a se desvincularem de suas identidades.

A questão da identidade é algo que permite que um grupo se reconheça entre si, através de costumes e ideologias, no entanto ela não é inata e é socialmente construída (HALL, 2000). Nesse sentido, a identidade faz parte de uma construção do que nós somos, não “naturalmente”, mas a partir de nossas vivências e subjetividades. Com isso, tirou-se a liberdade e o direito de expressão, forçando em muitos casos o silêncio desses teuto-brasileiros.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, chega ao fim o período do Estado Novo, iniciando um período de redemocratização. E não diferente do resto do país,

Joinville entra em uma nova “vibração”. Não se trata do fim de um período e início de outro do dia para noite, mas os anos que seguiram, vieram com o reestabelecimento das práticas e costumes, bem como da cultura germânica em um processo de trazer à superfície as memórias que ficaram submersas.

No sentido de se articular para preparar os festejos do Centenário de Joinville que aconteceria em 9 de março de 1951, criou-se em 1946 a Sociedade Amigos de Joinville (SAJ). Muitas pessoas estiveram envolvidas na preparação dos festejos, entre elas membros da elite local, empresários, muitos desses de origem germânica, não ficando evidente na programação a existência de imigrantes de outras nacionalidades, como italianos que existiam em grande quantidade na cidade (SILVA, 2008). As comemorações do centenário duraram vários dias e esse evento veio como um momento de “resgatar” as memórias que ficaram sufocadas e trazer à tona novamente a importância daqueles que colonizaram esse território. Não somente os imigrantes alemães, mas todos àqueles que viviam e trabalhavam na cidade de Joinville, ficando evidente nos discursos das fontes analisadas, a importância do trabalho e o patriotismo. As comemorações trouxeram a primeiro plano o fato da cidade assumir a posição de polo industrial, estar crescendo e evoluindo, sem mencionar as mágoas do período de nacionalização que provavelmente ainda machucavam esses homens e mulheres. Preferiram naquele momento enfatizar os quão produtivos eram para o país (SILVA, 2008) (Figura 8).

Em Joinville, após um século de sua colonização, muita coisa mudou do contexto inicial, a cidade cresceu intensamente e os anos de 1950 foram bastante produtivos. Houve um grande desenvolvimento no campo industrial. Para se ter uma ideia, como mostra o cartaz com propaganda do Centenário de Joinville em 1951, a cidade contava com 419 fábricas.

Além do crescimento econômico generalizado, houve grandes transformações de cunho político, social, econômico e também cultural. Esse desenvolvimento se deu em muitos países em desenvolvimento, como o Brasil. O governo de Juscelino Kubistchek (1955-1961) é considerado como um marco da aceleração desenvolvimentista, industrial, urbana e também rodoviária (LEAL, 2016).

Mesmo já tendo explanado sobre o MINC, se faz necessário apontar algumas informações e repetir outras sobre essa instituição para que possamos desenvolver melhor nossa discussão. Alguns anos após o centenário da cidade foi criado o MINC em 1957, como já citado, que traz, através da cultura material, o registro da memória

da imigração e colonização no sul do Brasil desde a implantação da Colônia Dona Francisca (TAMANINI, 1999). A criação desse museu nos possibilita inúmeras reflexões sobre o desenvolvimento da cultura na cidade, bem como a criação de outros espaços de memória. Primeiramente, precisamos pontuar algumas informações que dizem muito sobre a criação desse museu e sobre o lugar onde foi instalado.

O prédio da sede do MNIC foi construído em 1870 para abrigar a administração da Colônia Dona Francisca e seu administrador Frederico Brüstlein. Essa construção, chamada por muitos de Palácio dos Príncipes, devido ao fato de que tal prédio teria sido construído para receber o príncipe e a princesa de Joinville caso viessem para a colônia. Esse fato mexeu com a imaginação de muitos joinvilenses que acreditavam que os objetos expostos no museu teriam sido de uso pessoal deles, sendo esse discurso reproduzido inclusive por muitos professores da cidade ao levar seus alunos naquele espaço¹⁵. No entanto, o que queremos ponderar aqui é o fato do MNIC ter sido o primeiro museu da cidade e estar justamente em uma edificação que remete à imigração germânica, tanto por ter sido sede da colônia, como por ser um local impregnado de “fantasias” relacionadas ao príncipe e a princesa. Parece-nos que mesmo passado alguns anos do fim do período ditatorial do Estado Novo, a cidade ainda buscava trazer à superfície a germanidade que muito foi sufocada nos tempos da nacionalização.

Para que fosse viabilizada a abertura do museu e a arrecadação de peças, independente do DPHAN, criou-se, no ano de 1961, uma comissão para recolher doações de objetos que estivessem de acordo com a temática do museu (ATA, 1, 1961, p. 1). Essa comissão era composta por descendentes de imigrantes alemães, membros da elite da cidade, inclusive foi registrado em ata que seria feito uma lista com o nome de famílias tradicionais da cidade, as quais deveriam ser visitadas para o pedido de doações de objetos. Caso recebessem doações aleatórias, eles decidiriam se os objetos estavam ou não relacionados ao tema do Museu.

Fica nítido que essa comissão selecionava quais memórias estariam sendo evocadas naquela instituição, parece que somente as famílias mais abastadas e germânicas ou teutos-germânicas, estariam contempladas naquele espaço. Mario

¹⁵ A pesquisadora trabalha no MASJ e presencia há alguns anos os estudantes reproduzirem esse discurso quando perguntados sobre quais museus da cidade eles conhecem.

Chagas (2006, p. 32) fala dos museus celebrativos da memória do poder, “onde o que importa é celebrar o poder ou o predomínio de um grupo social, étnico, religioso ou econômico sobre outros grupos”. Esse modelo de museu fala de determinado grupo social como se fosse único ou representasse a totalidade, no caso do MNIC, aparentemente, a visão de museu que se possuía era de que a exposição montada pela comissão, teria a função de contar a história das primeiras famílias que ajudaram a construir a cidade, privilegiando o imigrante europeu, seus costumes e seu trabalho. Essa visão acabava minimizando a existência e a importância do luso-brasileiro, índio e negros da cidade.

Não cabe aqui um julgamento sobre o merecimento dos imigrantes germânicos e teuto-germânicos terem sua memória celebrada em um espaço público, mas é importante refletirmos sobre o papel que esse museu teve durante anos e ainda tem enquanto lugar de memória dos grupos responsáveis pela formação da cidade. A imagem de Joinville como cidade dos príncipes se deve principalmente ao discurso difundido nessa instituição durante muitos anos. O problema está quando o único museu da cidade, enfatiza que a colonização se deu unicamente por imigrantes europeus e forja a ideia de que os objetos expostos no “palácio” pertenceram à princesa e ao príncipe, desse modo, cria-se a noção de que não existiram outros grupos na cidade ou que, caso tenham existido, não foram relevantes, pois não estão retratados ali.

Mario Chagas lembra que em muitos casos os museus serviram às ideologias dominantes e muitos museus encontram-se ainda hoje em locais ligados a estruturas de poder, como palácios e antigas residências de políticos e militares. Chagas (2006, p. 32) expõe que: “As relações estreitas entre o estado, os museus e as classes privilegiadas no Brasil tem favorecido o desenvolvimento de museus que se distanciam da sociedade, que se incomodam pouco com o não cumprimento de funções sociais”. Não sendo regra que os museus criados com caráter celebrativo permaneçam sem a interação com os diferentes grupos sociais, pelo contrário, muitos deles trabalham no sentido de tornar o museu, um local democrático e de memória a serviço dos mais diferentes grupos sociais. A exemplo o MNIC, que há alguns anos trabalha no sentido de desconstruir a imagem de lugar de memória dos imigrantes europeus, trazendo tanto nas suas exposições, objetos que remetem a memória do índio e do luso-brasileiro como no discurso da instituição.

As atividades da Comissão de Amigos do MNIC não se restringiam somente a esta instituição, pois estiveram presentes em discussões sobre o patrimônio da cidade em muitos momentos, a exemplo do tombamento do Cemitério do Imigrante, localizado na Rua XV de Novembro, bem como a casa de Ottockar Doerffel¹⁶ localizado na mesma rua (ATA 1, 1961, p. 7). Ao fazer referência a esse grupo, estamos falando do pensamento predominante da cidade. É evidente que nem todos pensavam da mesma forma, mas quem decidia sobre os assuntos de cultura e patrimônio, juntamente da Prefeitura e de órgãos como o DPHAN, eram eles.

Nesse sentido, vem um questionamento: por que a Prefeitura Municipal de Joinville comprou a coleção de Guilherme Tiburtius? Uma das justificativas que podemos encontrar para a compra, é o seu valor arqueológico inestimável, sendo uma grande referência sobre a vida de grupos pré-coloniais da região. No entanto, o que levantamos aqui é o fato dessa coleção ser comprada no ano de 1963, quando a cidade ainda se reestabelecia do período ditatorial do Estado Novo. Nesse período, a questão da germanidade, o *Deutschtum*, estava sendo “resgatado” pelos imigrantes germânicos e teutos-germânicos, evidenciando a tentativa de reacender o orgulho germânico, principalmente com a criação do MNIC e tudo que envolvesse aquele espaço, assim como uma sequência de eventos que sucederam o fim do Estado Novo.

Nesse sentido, tentaremos compreender as motivações da compra dessa coleção, bem como a aceitação de um acervo tão diferente daquilo que estava sendo entendido como patrimônio pela cidade naquele momento. Sabemos que o patrimônio arqueológico sempre sofreu com o descaso do estado e o desconhecimento da população, sendo inclusive muito explorado pela indústria da cal até o ano de 1961 quando a Lei 3.924 é criada, proibindo a exploração dos sítios arqueológicos. Guilherme Tiburtius chega a Joinville em um momento onde se buscava um retorno às raízes germânicas e ele enquanto alemão “legítimo” recebe atenção e respeito pela sua coleção. Guilherme possuía o que Bourdieu chamava de poder simbólico. Esse poder não residia no potencial da coleção, mas no próprio colecionador e no que ele representava para a cidade naquele momento. Bourdieu explica que:

¹⁶ Foi o fundador do segundo jornal em alemão da região sul do Brasil, o *Kolonie - Zeitung*, que circulou de 1862 até 1941.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isso significa que o poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos [...] mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras (BOURDIEU, 1989, p. 14-15).

Essa crença que é depositada em Guilherme e em sua coleção vem na verdade do campo cultural de Joinville, onde seus agentes legitimam a sua figura, que de alguma maneira, representa tudo que eles aparentemente buscavam para fortalecer a germanidade. Falamos do patrimônio cultural da cidade, entendendo que existe uma série de identificações gerando uma crença comum. Essa crença vai regulamentar esse campo do patrimônio cultural, selecionando os bens culturais que devem ser protegidos e lembrados, nesse caso pela cidade de Joinville.

Ao se referir ao campo das obras de arte, Bourdieu (1992) afirma que o valor atribuído a elas não vem propriamente da obra, mas do campo em que foi produzida. Nesse caso, a aceitação do Sr. Guilherme por um grupo da cidade, deu legitimidade a seu trabalho, atribuindo assim um valor a esse trabalho. Não questionamos de maneira nenhuma a legitimidade da coleção, nem do trabalho do Sr. Guilherme, pelo contrário, por reconhecer tamanha relevância para o patrimônio cultural da cidade é que pensamos ser importante a compreensão das relações que permearam a compra da coleção. Um dos pontos que levantamos aqui é a diferença existente entre o campo autorizado que negou Guilherme por não ser profissional, não aceitando que ele exercesse seu trabalho, e o campo que chamaremos de “leigo”, na figura de membros da sociedade que contribuíram para que a compra se efetivasse, como a Comissão de Amigos do MNIC, e Adolfo Bernardo Schneider.

As duas situações nos fazem questionar apenas a posição do Sr. Guilherme com relação aos diferentes campos. No primeiro cenário, Guilherme que não possuía formação na área, estava atuando deliberadamente, ou seja, escavando, sempre que tinha a oportunidade. Na visão dele, evitando que o material arqueológico fosse perdido ou destruído. Ele estava saindo do seu campo de

domínio que era o colecionismo e entrando em um campo que não é seu, a Arqueologia. Na segunda situação está uma cidade criando espaços culturais, aparentemente buscando “resgatar” uma cultura germânica que eles acreditavam ser predominante e representativa, mas esta refletia apenas uma camada da população. Guilherme é apresentado para esse grupo, segundo Tiburtius (2016), através da amizade com Schneider, trazendo todo o conhecimento sobre Arqueologia e principalmente sobre os Sambaquis da cidade, que eles pouco conheciam. Nesse segundo cenário que estamos analisando, a figura do Sr. Guilherme aparece como um alemão de Berlim, cosmopolita, colecionador. Nesse caso ele não é o amador que tenta falar em nome de uma ciência que não o legitima, mas o dono de um discurso, que embora não fosse legitimado, na cidade de Joinville, tinha a aceitação da sociedade.

Essa confiança depositada em Guilherme pode residir em uma série de fatores ligados ao que esse grupo pensava e buscava para representar o patrimônio cultural da cidade. Levando em conta o contexto em que a cidade, após campanha de nacionalização, ainda buscava fortalecer o discurso étnico de valorização do imigrante alemão, Guilherme representa, além do conhecimento científico que ele demonstrava ser um representante do *Deutschtum*. O *Deutschtum* ou germanidade, foi um termo muito popular nas colônias alemãs do sul do Brasil e “as categorias que o nortearam serviram de base para a identificação dos membros dos grupos étnicos teuto brasileiros e, concomitantemente, para suas relações com os demais grupos étnicos no processo de organização social” (COELHO, 1993, p. 42). Nesse sentido, o *Deutschtum* permeou em grande parte esse grupo que estamos nos referindo, ficando evidente em muitas de suas ações, como visto anteriormente. A aceitação do Sr. Guilherme enquanto membro dessa “comunidade” e a compra de sua coleção, nos traz essas reflexões e muitas outras podem surgir. O que parece é que muito mais do que um discurso de preservação do patrimônio arqueológico e valorização da história pré-colonial da cidade, estava a valorização da figura do colecionador e o que ele e sua coleção representava.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fontes analisadas durante o processo de escrita permitiram fazer algumas considerações a respeito do Sr. Guilherme Tiburtius, sua coleção e compra desta pela Prefeitura Municipal de Joinville.

O colecionismo foi parte essencial na vida do Sr. Guilherme, ficando evidente todo seu esforço em adquirir as peças, mas também o cuidado em fazer algo para o futuro, para os estudos posteriores, logicamente dentro de suas limitações. O investimento financeiro marcou como uma dificuldade encontrada durante sua trajetória, mas o que nos pareceu mais evidente foram algumas tensões entre Guilherme e o campo da Arqueologia acadêmica, que ele em muitos momentos descreve ter negado sua contribuição amadora.

Foi possível constatar através das fontes que o período que sucedeu o Estado Novo, foi marcado pela tentativa de “resgatar” a germanidade (o *Deutschtum*), ou seja, o orgulho e a suposta superioridade alemã, muito abafada durante o período ditatorial do Estado Novo. Após esse período, a cidade passava por um momento em que se iniciava um discurso patrimonial disposto a contar e valorizar a história da imigração alemã. É nesse período que se inicia o processo de compra da coleção Guilherme Tiburtius, que posteriormente resultaria no MASJ. Buscou-se, através dessa dissertação, fazer um exercício para o entendimento de diversos contextos que estiveram envolvidos na compra da Coleção Guilherme Tiburtius pela cidade de Joinville, dentre eles os motivos da compra em uma cidade que aparentemente valorizava a cultura europeia.

Muito mais do que uma preocupação com o patrimônio arqueológico que diz respeito aos grupos que já viviam em Joinville antes da colonização europeia, estava o fato do colecionador ser um colonizador e ter os predicados que um imigrante alemão poderia possuir em uma cidade que em 1963, após a campanha de nacionalização, ainda buscava fortalecer um discurso étnico de valorização do imigrante alemão. É possível que a legitimidade desse acervo não estivesse na coleção, na importância daquele material arqueológico, mas no colecionador e o que ele representava.

REFERÊNCIAS

ATA da Reunião da Comissão do Museu Nacional de Imigração e Colonização de 3 de abril de 1961.

ATA da Reunião da Comissão do Museu Nacional de Imigração e Colonização de 7 de outubro de 1963.

ATA da Reunião da Comissão do Museu Nacional de Imigração e Colonização de 18 de novembro de 1963.

ATA da Reunião da Comissão do Museu Nacional de Imigração e Colonização de fevereiro de 1965.

ATA da Reunião da Comissão do Museu Nacional de Imigração e Colonização de 18 de novembro de 1966.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP, 2007.

_____. A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo. *In*: _____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. p. 59-73

_____. A ilusão biográfica. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. p. 183-191.

_____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. O ponto de vista do autor: algumas propriedades gerais dos campos de produção cultural. *In*: _____. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 243-316.

BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. Museus de arqueologia: uma história de conquistadores, abandono e mudanças. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 6, p. 293-313, 1996.

BUENO, Lucas de Melo Reis. Arqueologia, patrimônio e sociedade: quem define a agenda? **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 18, n. 26, p. 55-72, dez. 2011.

BURKE, Peter. **A Escrita da História**. São Paulo: Unesp, 1992.

CARLAN, Claudio Unpierre. **Moeda e poder em Roma: um mundo em transformação**. 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CHAGAS, Mario de Souza. Há uma gota de sangue em cada museu: preparando o terreno. *In*: _____. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mario de Andrade**. Chapecó: Argos, 2006. p. 29-36.

CHMYZ, Igor. José Loureiro Fernandes e a Arqueologia Brasileira. **Revista Arqueologia**, Curitiba, v. 10, p. 43-105, 2006.

COELHO, Ilanil. **Joinville e a campanha de nacionalização**. 1993. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1993.

COSTA, Lygia Martins. **De museologia, arte e política de patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002.

CRUZ, Karina Martins. **A contribuição de alemães e descendentes para a formação sócio-especial catarinense: o caso da região metropolitana de Florianópolis, SC**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CURY, Marília Xavier. Museologia – marcos referenciais. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, ano 18, n. 21, p. 45-74, 2004.

DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a História. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 10, n.19, p. 7-16, jun./dez. 2009.

DONISETE, Luís Benzi Grupion. Os museus etnográficos, os povos indígenas e a antropologia: reflexões sobre a trajetória de um campo de relações. **Museu, Identidades e Patrimônio Cultural. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento 7, p. 21-33, 2008.

DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DUARTE, Alice. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – UNIRIO**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 100-101, 2013.

GIOVANAZ, Marilise Maria. Práticas de coleção: seleção e classificação dos restos do passado. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 11, p. 162-171, jul. 1999.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença**. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

IMHOF, Afonso. **Afonso Imhof: entrevista** [jun. 2006]. Entrevistadora: Flávia Antunes de Souza, 2006. Joinville, 2006. Entrevista concedida ao Projeto A preservação do patrimônio arqueológico em Joinville/SC: desamontoando conchas e evidenciando memórias.

KAUFFMANN, Ethel. **A contribuição dos cientistas judeus a ciências naturais no Brasil**. 2009. Dissertação (Mestrado em História das Ciências) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

KLEIN, Herbet. Migração internacional na história das Américas. *In*: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

LANZA, André Luiz; LAMOUNIER, Lucia. América Latina como destino dos imigrantes: Brasil e Argentina. **Cadernos Prolam**, São Paulo, n. 14, v. 26, p. 90-107, 2015.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. Patrimônio e desenvolvimento: as políticas de patrimônio cultural nos anos 60. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo. v. 24, n. 1, p. 99-136, jan./abr. 2016.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LOPES, José Rogério. Colecionismo e ciclos de vida: uma análise sobre percepção, duração e transitoriedade dos ciclos vitais. **Horiz. Antropol.**, Porto Alegre, v. 16, n. 34, p. 377-404, 2010.

MARQUES, Marcélia; HILBERT, Klaus. Coisas colecionadas: um jeito (conceitual e intuitivo) de lidar com a cultura material. **Métis: história e cultura**, Rio Grande do Sul, v. 8., p. 43-72, 2009.

POMIAN, Krzysztof. Coleções. *In*: **Enciclopédia Einaudi**, v. 1. Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ). **Arquivos de Guilherme Tiburtius**. Tradução de Maria Thereza Böbel. Joinville: Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, 1996.

_____. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ). **Relatório 1972-1997**. Joinville, 1997.

PRIMO, Judite. Museologia e Patrimônio: Documentos Fundamentais – Organização e Apresentação. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, n. 15, p. 111-121, 1999.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Distrito Federal: Editora da UNB, 1992.

SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. **Memórias VI: A pré-história de um Museu. História da gestação do Museu do Sambaqui. O idealismo constrói um museu**. Joinville: Imprensa Ipiranga, 1999.

SELIGMANN-SILVA, Marcio. **Colecionismo e arte em Arthur Bispo do Rosário** (2008). Disponível em: <http://www.uva.br/trivium/edicao1/artigos-tematicos/6-colecionismo-e-arte-em-arthur-bispo-do-rosario.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.

SEYFERTH, Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro. **MANA**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 61-88, 1999.

_____. Identidade étnica, assimilação e **cidadania: a imigração alemã e o Estado brasileiro**. Trabalho apresentado no XVII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG, 22-25 de outubro de 1993.

SILVA, Janine Gomes da Silva. **Tempo de lembrar, tempo de esquecer**. As vibrações do centenário e o período de nacionalização: histórias e memórias sobre a cidade de Joinville. Joinville: Univille, 2008.

SOUZA, Flávia Cristina Antunes de. **A preservação do patrimônio arqueológico em Joinville/SC**: desamontoando conchas e evidenciando memórias. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

TAMANINI, Elizabete. **Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville**: um olhar necessário. 1994. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

_____. **Vidas transplantadas**: museu, educação e a cultura material na (re)construção do passado. 2001. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

TIBURTIUS, Ewaldo. **Ewaldo Tiburtius**: entrevista [mai. 2016]. Entrevistadora: Priscila Gonçalves Ferreira da Silva. Curitiba, 2016. Entrevista concedida ao Projeto A compra da coleção Guilherme Tiburtius por Joinville: uma coleção arqueológica na cidade germânica.

VARINE-BOHAN, Hugues de. **O Museu comunitário é Herético?** Disponível em: <http://redemuseummemoriaemovimentossociais.blogspot.com.br/2010/09/museu-comunitario-e-heretico-hugues-de.html>. Acessado em: 15 jun. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “O processo de compra da coleção Guilherme Tiburtius e os discursos patrimonialistas na cidade de Joinville de 1950 a 1960” sob a responsabilidade da pesquisadora Priscila Gonçalves F. Da Silva, que tem por objetivo do estudo “Entender o discurso Patrimonialista que permeava a cidade de Joinville no período de 1950 á 1960 e o que impulsionou a compra da coleção Guilherme Tiburtius em uma cidade predominantemente germânica”.

Para isso, você será submetido a uma entrevista por meio de questionário. Afirma-se que sua participação é voluntária, portanto, você poderá se recusar a participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum tipo de ônus. Esta pesquisa, por se tratar de entrevista, respeitando a Res. CNS 466/12, preconiza que há riscos mínimos, contudo, o pesquisador responsabiliza-se em encaminhá-lo à assistência especializada caso necessários sendo os custos arquivados pelo pesquisador. Todavia, esta pesquisa apresenta como benefício a relevância social e científica, o levantamento da memória de antigos moradores de Joinville, a contribuição para a valorização das experiências, ampliando as possibilidades de estudo e pesquisa do patrimônio cultural na região, proporcionando novas possibilidades de reflexão.

Afirma-se que informações disponibilizadas nesta entrevista serão divulgadas em meios científico e acadêmicos. As entrevistas, se permitidas por você, serão também doadas ao Laboratório de História Oral (LHO), da Univille, contudo sua autorização para esta doação ao LHO se dará através do Termo de Doação de Entrevista (anexo). Caso não aceites a doação, o material será incinerado após a guarda de 5 anos sob responsabilidade da pesquisadora.

A pesquisadora irá fotografar, contudo, sua imagem será divulgada em meios científicos somente com sua autorização no Termo de Uso de Imagem (anexo).

Qualquer dúvida que você possa ter, a pesquisadora estará disponível para atendê-lo(la) através dos contatos: telefone – 47 8426 0981; e-mail – pris.historia@gmail.com. Em caso de dúvida quanto aos vossos direitos, você pode também escrever para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE. Endereço –

Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial - Campus Universitário - CEP 89219-710 – Joinville / SC.

CONSENTIMENTO

Após ser esclarecido(a) sobre as informações do projeto, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o consentimento de participação do sujeito, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável.

Assinatura do participante

/ /

Data

Nome da Pesquisadora

/ /

Data

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Data: Horário:

Local:

Entrevistado:

Para iniciar, eu gostaria de dizer que essa entrevista faz parte de uma pesquisa de mestrado do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), em que Guilherme Tiburtius e sua coleção são objetos de estudo.

Perguntas para Ewaldo Tiburtius sobre seu pai, Guilherme Tiburtius

- Seu pai Guilherme Tiburtius emigrou para o Brasil em dois momentos, o primeiro em 1908 para a cidade de Jatobá, região de Belo Horizonte, para trabalhar fazendo móveis para o governo de Minas, dois anos depois voltaram para a Alemanha, o Sr. recorda o motivo de ter que ir embora?
- Quando voltaram para a Alemanha, o que fez voltarem para o Brasil? Para qual cidade foram?
- Quando seu Avô (nome) morre em 1912 em uma enxurrada o que aconteceu com a família? Permaneceram morando em Anitápolis? A sua mãe trabalhava? Quem passou a sustentar a casa? Guilherme Tiburtius já trabalhava? O que fazia?
- Porque Guilherme Tiburtius foi morar em Curitiba? Tinha parentes lá?
- Até que idade Guilherme estudou, frequentou que “tipo” de escola? Chegou a cursar o nível superior?
- O Sr. se recorda quando começou a coleção do Sr. Guilherme Tiburtius?
- Se recorda quando a coleção ou a Arqueologia tornou-se algo mais sério?
- Como Guilherme conheceu a esposa? Data casamento? Quantos filhos? Nomes e Idades?
- Como era a relação de Guilherme com os arqueólogos do Paraná? Onde atuava?
- Quando Guilherme decide vender sua coleção? Os filhos fizeram alguma objeção?
- Guilherme frequentava a cidade de Joinville, tinha amigos lá?

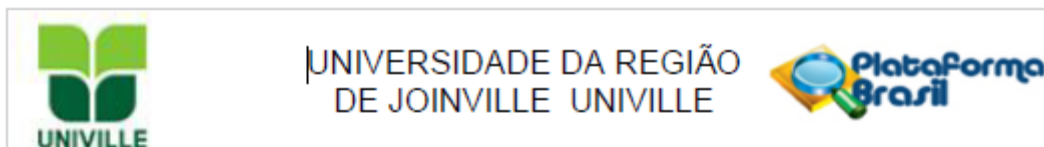
- Como conheceu Adolfo Bernardo Schneider? Quem apresentou Guilherme para a comissão do Museu Nacional de Imigração e Colonização?
- Guilherme alguma vez comentou que se identificava com Joinville por ser uma cidade com “características” germânicas?
- O senhor recorda de seu pai comentar algo sobre o período de Nacionalização, comentou algo que o incomodou ou a respeito de sua nacionalidade
- Depois que a coleção foi vendida para a prefeitura de Joinville, Guilherme mudou-se para Joinville? Sozinho ou com a família? Onde morou?
- Guilherme Tiburtius chegou a trabalhar com a sua coleção após a venda?
- Ele ficou satisfeito com a venda da coleção?
- Guilherme pensou em algum momento em trabalhar no Museu de Sambaqui?
- Como foram os últimos dias de vida de Guilherme? A família estava por perto? Morreu em Joinville ou Curitiba?

Perguntas para Ewaldo Tiburtius, sobre sua concepção, como filho, a respeito da venda da coleção Guilherme Tiburtius

- O senhor esteve presente nas discussões sobre a compra da Coleção Guilherme Tiburtius pela prefeitura de Joinville? Participou de alguma forma do processo?
- Conhecia o prefeito em exercício na época?
- Sabe da participação do IPHAN no processo de compra?
- Lembra da reação da população com relação a compra?
- Considerou importante para a cidade o investimento?
- Teve acesso a coleção quando estava no Museu nacional de imigração e colonização?
- Considera os vestígios dos índios e homens de Sambaqui como integrantes da memória, da identidade e da cultura da cidade?
- Acompanhou a construção do prédio do museu arqueológico de sambaqui?
- Acha importante para a cidade de Joinville ter um museu como o Museu de Sambaqui, que trata de uma população que vivia aqui na região e em toda costa brasileira a aproximadamente 6 mil anos?
- Tem outras informações que queira nos dar?
- Agradecimentos.

ANEXO**ANEXO A – CARTA DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

ANEXO A – CARTA DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O PROCESSO DE COMPRA DA COLEÇÃO GUILHERME TIBURTUS E OS DISCURSOS PATRIMONIALISTAS NA CIDADE DE JOINVILLE DE 1950 À 1960

Pesquisador: Priscila Gonçalves F. da Silva

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 45356515.9.0000.5366

Instituição Proponente: FUNDACAO EDUCACIONAL DA REGIAO DE JOINVILLE - UNIVILLE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

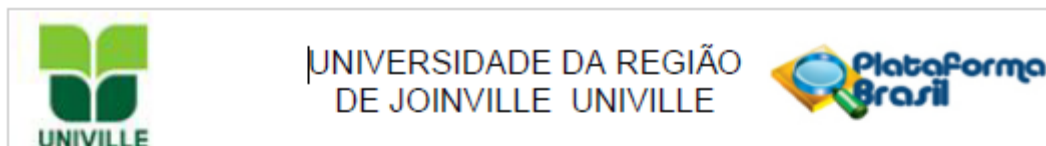
Número do Parecer: 1.161.329

Data da Relatoria: 23/07/2015

Apresentação do Projeto:

A região da Baía da Babitonga é conhecida por abrigar 150 sítios arqueológicos do tipo sambaqui. Esses grupos de pescadores-caçadores- coletores viveram por aqui há aproximadamente 5 mil anos atrás. Essa região possibilitava a sobrevivência desses grupos pela abundância de recursos naturais que possuía. Os sambaquis são sítios arqueológicos caracterizados pelo acúmulo de conchas formando montes, construídos por populações que habitaram a região litorânea do Brasil. Somente no litoral norte de Santa Catarina, na cidade de Joinville onde a ocupação ocorreu no período de 5.000 a 1.000 anos atrás temos 42 sambaquis. Com a urbanização das cidades, os sambaquis passam por um processo de desmonte em prol do desenvolvimento urbano e industrial. Para a Arqueologia recuperar, conhecer e salvaguardar a memória de um grupo pouco reconhecido pela sociedade como patrimônio cultural, pode implicar em um trabalho difícil, ainda mais quando se tem apenas vestígios materiais, um desafio dificultado com a destruição dos sítios arqueológicos. Diante do cenário caótico de destruição da história pré-colonial regional, algumas pessoas se destacaram pela curiosidade e apreço por objetos que afloravam das constantes explorações em sítios arqueológicos. Muitos deles eram vistos como colecionadores, talvez por não serem profissionais da área da Arqueologia. Na região de Joinville, bem como no Paraná, Guilherme Tiburtius se destacou por seu empenho no salvamento de peças arqueológicas. Tendo

Endereço: Paulo Malschitzki, nº 10. Bloco B, Sala 17.
Bairro: Zona Industrial **CEP:** 89.219-710
UF: SC **Município:** JOINVILLE
Telefone: (47)3461-9235 **E-mail:** comitetica@univille.br



Continuação do Parecer: 1.161.329

conhecimento dos desmontes de sambaquis, em Joinville, para exploração de cal ou para pavimentação de estradas, passou a acompanhar e a investir recursos próprios no resgate de peças arqueológicas. Assim, a sua coleção passou a contar, também, com esqueletos humanos, artefatos em osso, zoólitos e zoósteos. Ao todo reuniu cerca de 12.000 peças, sendo que 8.500 delas foram listadas, devidamente numeradas e fichadas. Hoje, incluem-se nesta coleção alguns textos inéditos e alguns objetos pessoais que foram doados por seus herdeiros a partir da década de 1980: instrumentos para esculpir em madeira, picareta, peneira, chapéu. Pesquisando em Joinville, Tiburtius teve apoio da classe política, a Prefeitura Municipal adquiriu sua coleção (Lei 620 de 09/07/1963). Transferida para a sede provisória, o Museu Nacional de Imigração e Colonização, Guilherme Tiburtius continuou a trabalhar com seu acervo. Uma cidade como Joinville onde a memória de um grupo de pessoas parece ser sempre reforçada por práticas e discursos que enfatizam a história dos colonizadores alemães, abre-se espaço para a memória de grupos pré-coloniais, desconhecidos até então pela população, e legitimado por um grupo influente na sociedade. Essas mudanças e aberturas no pensamento predominante abrem caminho para uma nova fase que tem a compra da coleção de Guilherme Tiburtius e em seguida a abertura do MASJ como ponto de partida e com isso um leque de possibilidades para se pensar o discurso patrimonialista que permeava a cidade na década de 1960.

Objetivo da Pesquisa:

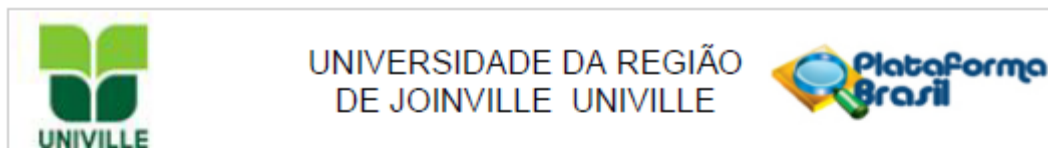
Geral

Entender o discurso patrimonialista que permeava a cidade de Joinville no período de 1950 à 1960 e o que impulsionou a compra da coleção Guilherme Tiburtius em uma cidade predominantemente de origem germânica.

Específicos

- Compreender quais eram os principais objetivos de Guilherme Tiburtius enquanto pesquisador prático
- Analisar o conceito de patrimônio que permeava os discursos de defesa da compra da coleção Guilherme Tiburtius e em seguida a construção do Museu de Sambaqui de Joinville
- Problematicar a memória da cidade com relação aos povos Sambaquianos/ Pré Coloniais
- Analisar os manuscritos de Guilherme Tiburtius já traduzidos para o português
- Levantar o processo de compra da Coleção Guilherme Tiburtius pela Prefeitura Municipal de Joinville e a criação do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, através de análise de documentos textuais e orais.

Endereço: Paulo Malschitzki, nº 10. Bloco B, Sala 17.
 Bairro: Zona Industrial CEP: 89.219-710
 UF: SC Município: JOINVILLE
 Telefone: (47)3461-9235 E-mail: comitetic@univille.br



Continuação do Parecer: 1.161.329

- Entender como se desenvolveu a Arqueologia na região a partir da criação do MASJ.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Como exposto em parecer consubstanciado nº 1.139.958.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Como exposto em parecer consubstanciado nº 1.139.958. Em relação ao orçamento da pesquisa, a pesquisadora esclareceu a pendência.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Como exposto em parecer consubstanciado nº 1.139.958. As cartas de anuência foram anexadas ao sistema e estão de acordo com a Resolução 466/12 e complementares.

Recomendações:

Não se aplica.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto "XXX", sob CAAE XXXX teve suas pendências esclarecidas pelo (a) pesquisador(a) XXX, de acordo com a Resolução CNS 466/12 e complementares, portanto, encontra-se APROVADO.

Informamos que após leitura deste parecer, é imprescindível a leitura do item "O Parecer do CEP" na página do Comitê no site da Univille, pois os procedimentos seguintes, no que se refere ao enquadramento do protocolo, estão disponíveis na página. Segue o link de acesso (<http://community.univille.edu.br/cep/statusparecer/577374>).

Situação do Parecer:

Aprovado

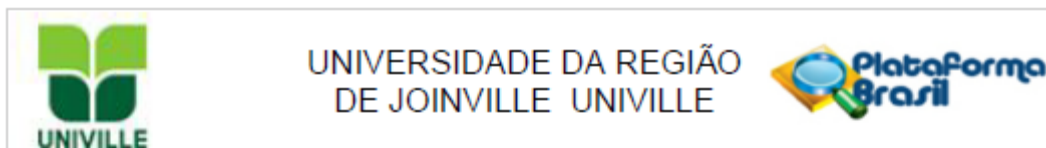
Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade da Região de Joinville - Univille, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Endereço: Paulo Malschitzki, nº 10. Bloco B, Sala 17.
 Bairro: Zona Industrial CEP: 89.219-710
 UF: SC Município: JOINVILLE
 Telefone: (47)3461-9235 E-mail: comitetica@univille.br



Continuação do Parecer: 1.161.329

JOINVILLE, 28 de Julho de 2015

Assinado por:
Eleide Abril Gordon Findlay
(Coordenador)

Endereço: Paulo Malschitzki, n° 10. Bloco B, Sala 17.
Bairro: Zona Industrial CEP: 89.219-710
UF: SC Município: JOINVILLE
Telefone: (47)3461-9235 E-mail: comitetica@univille.br

AUTORIZAÇÃO

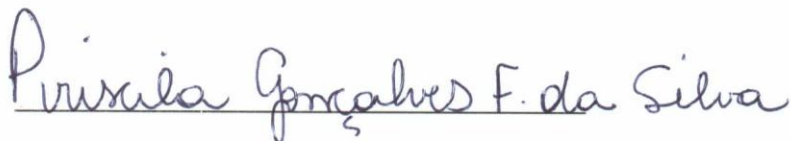
Nome do autor: Priscila Gonçalves Ferreira da Silva

RG: 5.783.288

Título da Dissertação: A Compra da coleção Guilherme Tiburtius por Joinville: uma coleção Arqueológica na cidade "germanica"

Autorizo a Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, através da Biblioteca Universitária, disponibilizar cópias da dissertação de minha autoria.

Joinville, 12 de maio de 2017.



Nome